



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
SARA HELEN DE ESPÍNDOLA

MARTINHO LUTERO 500 ANOS:
ESTUDO DE UMA INDIGNAÇÃO ÉTICA EM COMUNICAÇÃO

Palhoça

2015

SARA HELEN DE ESPÍNDOLA

**MARTINHO LUTERO 500 ANOS:
ESTUDO DE UMA INDIGNAÇÃO ÉTICA EM COMUNICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Comunicação Social-habilitação em Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Professor Jaci Rocha Gonçalves, Dr.

Palhoça

2015

SARA HELEN DE ESPÍNDOLA

**MARTINHO LUTERO 500 ANOS:
ESTUDO DE UMA INDIGNAÇÃO ÉTICA EM COMUNICAÇÃO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo e aprovado em sua forma final pelo Curso de Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 03 de julho de 2015.

Orientador: Professor Jaci Rocha Gonçalves, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Carolina Bithencourt Rubin, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Valmir dos Passos, Esp.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho de conclusão de curso
ao meu orientador, Jaci Rocha Gonçalves.
À minha mãe, Eliane A. Schütz de Espíndola.
Ao meu noivo, Luiz Felipe Scheidt.
Aos meus avós, Nelson B. Schütz e Olívia P. Schütz.
À minha irmã, Kênia K. Espíndola e meu cunhado, Adriano Mattos.
E aos meus amigos, principalmente, Cristina Estefano e Mariana Eli.

AGRADECIMENTOS

Os quatro anos de faculdade ficarão marcados eternamente como os de maior aprendizado, de conquistas e de amadurecimento. Os três aspectos citados, porém, só aconteceram porque pessoas especiais estiveram ao meu lado durante toda essa trajetória.

Agradeço a Deus por tudo o que tem feito na minha vida. Agradeço a minha mãe, Eliane A. Schütz de Espíndola, que nunca mediu esforços para proporcionar-me educação de qualidade e por todo o incentivo. Aos meus avós, que são exemplos de vida para mim.

Agradeço também ao meu amigo, professor e orientador, Jaci Rocha Gonçalves, por todo o apoio, incentivo, carinho e profissionalismo durante a produção deste trabalho. Creio que será impossível esquecer das minhas orientações, nas quais ele sempre levantava da cadeira, vinha em minha direção e antes de perguntar como estava a produção do trabalho, perguntava como eu estava psicologicamente. O gesto tão simples me deu forças e diminuiu a minha ansiedade.

Agradeço aos meus professores, do ensino fundamental, médio e superior, pois só consegui chegar até aqui, porque esses mestres me guiaram. Entre eles, em especial, a Cilene Macedo e Laudelino J. Sardá, que foram meus supervisores de estágio e me ensinaram o jornalismo do cotidiano.

Agradeço ao meu noivo Luiz Felipe Scheidt pela paciência, companheirismo, amor e amizade nos momentos bons e também nos difíceis. À minha irmã, Kênia Espíndola e ao meu cunhado, Adriano Mattos; meu primo, Elizeu Schütz; minhas amigas, Mariana Eli, Cristina Estefano, à Dona Vera e a todos os meus amigos, pela amizade, paciência e apoio.

Agradeço aos meus colegas de turma e a todos que participaram e ajudaram a realizar os meus trabalhos acadêmicos.

Cada um dos citados é especial para a minha trajetória, pois sem eles eu teria chegado até aqui, mas teria sido bem mais difícil.

Obrigada!

“As palavras vivem séculos; as atitudes também.
No entanto, quando as palavras designam atitudes, os séculos se tornam mais complexos”.

(BENEDETTI apud KARAM, 2004)

RESUMO

A Reforma Protestante completará 500 anos em 2017. O evento ficou marcado pelo ato de liberdade de expressão ousado por Martinho Lutero, quando escreveu e divulgou as 95 teses em discordância a atitudes anti-éticas de autoridades da Igreja Católica. O seu gesto ético é resultado de uma indignação e busca por mudanças urgentes quanto ao direito de liberdade de pensamento e de informação justa ao povo. É à luz deste comunicador do século XVI que se desenvolve essa pesquisa histórica, explicativa e bibliográfico-pluralista para responder à pergunta: Como estimular a reivindicação ética na atualidade à luz de Lutero para a garantia da liberdade de expressão e de impressão diante dos monopólios e seus conglomerados de ontem e de hoje? Já que Lutero foi um comunicador que vivenciou restrições impostas pelos poderes midiáticos de sua época aqui se propõe um paralelo entre suas atitudes éticas perante a Igreja Católica como inspiração para o comunicador da pós-modernidade. Assim, a partir da história do Reformador, de seu contexto histórico, suas ideologias, necessidades e sua postura ética essa análise busca diálogos com cientistas da comunicação. O objetivo é vislumbrar saídas para a ética, justiça e possível redemocratização midiática como urgência para a democracia brasileira quase 500 anos após o gesto de Martinho Lutero.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Martinho Lutero. Ética. Redemocratização midiática.

ZUSAMMENFASSUNG

Die protestantische Reformation wird 500 Jahre alt im Jahr 2017. Dieses Event wurde markiert durch Martin Luthers Freiheitsakt der Meinungsäußerung, als er die 95 Thesen schrieb und veröffentlichte, als Äußerung der Meinungsverschiedenheit zu den unethischen Haltungen der Amtsträger der Katholischen Kirche. Seine ethische Geste ergibt sich aus seiner Empörung und Suche nach dringende Veränderungen im Blick auf das Recht der Meinungsfreiheit und der gerechten Informationsmitteilung zum Volk. Diese historische Forschung entwickelt sich im Lichte dieses Kommunikators des XVI. Jh., die erklärend und biographisch-pluralistisch vorgeht und sich folgender Frage stellt: Wie kann die Forderung nach Ethik in der Gegenwart im Lichte Luthers zur Gewährleistung der Meinungsfreiheit angesichts der Monopolen von Gestern und Heute gefördert werden? Angesichts der Tatsache, dass Luther ein Kommunikator war, der Einschränkungen durch die mediatischen Mächte seiner Zeit ausgesetzt war, wird hier eine Parallele zwischen seine ethische Haltungen vor der Katholischen Kirche und uns vorgeschlagen, als Inspiration für den Kommunikator der Postmoderne. Ausgehend von der Geschichte des Reformators und unter Berücksichtigung seines historischen Kontextes, seine Ideologien, und die Notwendigkeit seiner ethischen Haltung, sucht diese Analyse den Dialog mit Kommunikationsforscher. Das Ziel dieser Arbeit liegt darin, neue Wege zur Ethik und zur Gerechtigkeit angesichts der nötigen Medienredemokratisierung der brasilianischen Demokratie zu suchen, fast 500 Jahre nach der Geste Martin Luthers.

Schlüsselworte: Meinungsfreiheit. Martin Luther. Ethik. Medienredemokratisierung.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MARTINHO LUTERO, HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO E OS MONOPÓLIOS	14
2.1 RENASCIMENTO: DE LUTERO ÀS NAVEGAÇÕES VIRTUAIS	15
2.2 OS IMPACTOS DA REFORMA EM UMA SOCIEDADE FEUDAL	21
2.3 OS MONOPÓLIOS DO PODER DE COMUNICAÇÃO: DA IGREJA MEDIEVAL À GRANDE MÍDIA PÓS-MODERNA	28
3 A NECESSIDADE HUMANA DE COMUNICAR E OS PODEROSOS DE PLANTÃO	36
3.1 COMUNICAÇÃO: UMA NECESSIDADE VITAL DO SER HUMANO	37
3.2 CONTEÚDO INFORMATIVO COMO FORMAÇÃO DE OPINIÃO	43
3.3 AS CENSURAS IMPOSTAS AO COMUNICADOR DO SÉCULO XVI	47
4 A INDIGNAÇÃO ÉTICA DE LUTERO: UM CASE INSPIRADOR PARA AS AUTORIAS ATUAIS	56
4.1 A INDIGNAÇÃO ÉTICA DE LUTERO PERANTE OS MONOPÓLIOS	56
4.2 A AUTORIA DE UM REFORMADOR	61
4.3 UM CASE INSPIRADOR PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO MIDIÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE	64
5 CONCLUSÃO	68
6 REFERÊNCIAS	70
7 ANEXOS	75
7.1 ANEXO 1 - 95 TESES: DEBATE PARA O ESCLARECIMENTO DO VALOR DAS INDULGÊNCIAS PELO DR. MARTIN LUTHER, 1517.	75
7.2 ANEXO 2 - <i>AMORE ET STVDIO ELVCIDANDAE</i> : UMA POSSÍVEL CÓPIA DO ORIGINAL DAS 95 TESES DE LUTERO	82

1 INTRODUÇÃO

Durante os quatro anos do curso de jornalismo os professores apresentaram a história da comunicação a partir do início da prensa de Gutenberg em 1450. Ao ler e buscar mais informações sobre este aspecto percebeu-se que um personagem específico auxiliou na popularidade dos produtos impressos pela prensa. Este personagem, Martinho Lutero, enquanto um indignado a favor da ética na comunicação é o *case* desta monografia. O Reformador, como também é conhecido nos livros de história, fez uso da tecnologia de Gutenberg para disseminar suas ideias, que tinham o objetivo de retificar abusos de poder praticados pela Igreja Católica, instituição da qual fazia parte.

Ele ficou conhecido como reformador quando em discordância com alguns princípios da Igreja e do papa pregou 95 teses no portal da Universidade de Wittenberg, onde lecionava. Posteriormente, foram traduzidas para o alemão, impressas e distribuídas em locais de fácil acesso aos interessados. Além disso, publicou vários livros e artigos, traduziu a bíblia, o que transformou a sociedade da época, na economia, na política, no modo de pensar e em outros setores. Tais atitudes foram baseadas em sua indignação ética perante a Igreja, pois como conhecedor da palavra de Deus e professor de teologia buscava a justiça, a verdade e a ética. Assim fez uso da comunicação e da prensa para lutar por sua liberdade de expressão e de impressão. O ato histórico completará 500 anos em 2017, mas permanece atual. É um exemplo para os comunicadores que buscam realmente a justiça e a ética em suas produções.

O tema proposto “Martinho Lutero 500 anos: Estudo de uma indignação ética em comunicação” com viés histórico procura abranger todos estes requisitos. O contexto é de ruptura do pensamento medieval, marcado pela dificuldade de questionamento na esfera pública e que culmina em uma Revolução Religiosa que marca a história da modernidade.

Passados 500 anos desse gesto, atualmente é possível encontrar cenário de monopólio semelhante no campo da comunicação. De fato, jornalistas interessados em disseminar verdades são vetados pelo monopólio midiático em nosso momento histórico; devem enfrentar grupos de conglomerados unindo grandes redes de emissoras que monopolizam a coleta de informações, as editoriais de interpretação e as redes de transmissão do mercado da notícia. Daí a importância da escolha do percurso de Lutero na proximidade dos 500 anos de seu gesto histórico que não se restringe à Igreja Luterana e a um novo modo de ver Deus, mas no modo de pensar e agir diante dos autoritarismos especialmente ocidentais. Outro aspecto da intuição de Lutero foi utilizar a nova tecnologia da imprensa para multiplicar de impressão

da bíblia em vernáculo, ou seja, na língua alemã para atingir o maior número de leitores possível.

Na atualidade é possível perceber que a mesma história se repete com as cores de novos contextos, mas com o velho vício dos poderosos: controlar consciências e cercear liberdades da população. Na época de Lutero, a indignação ética ocorreu contra a Igreja, pois esta era um monopólio de poder, imponente e poderoso; hoje, há outro monopólio que manipula a ideologia das pessoas; os conglomerados na forma de meios hegemônicos de comunicação. Para explicar esses objetivos, tento responder à seguinte pergunta: Como garantir a reivindicação ética à luz de Lutero para a garantia da liberdade de expressão e de impressão diante desses monopólios e seus conglomerados?

Para tentar responder esta e muitas outras perguntas que serão apresentadas no decorrer deste trabalho, faz-se uso da pluralidade fontal como critério de escolha, ou seja, usam-se autores de diferentes vertentes teóricas, entre elas, luterana, católica e laica para explicar como se deu o enfrentamento da censura, do silenciamento, das restrições de publicação, da excomunhão da Igreja, sua ética e importância para a comunicação. Com isso faz-se um estudo comparativo entre as atitudes de indignação ética de Lutero mantendo o seu compromisso com a verdade, a liberdade de expressão e impressão, com as atitudes dos jornalistas perante a mídia hegemônica atual.

Assim, esta monografia tem como objetivo geral identificar qual é a importância da liberdade de expressão e impressão de Martinho Lutero no início da imprensa e como a sua indignação ética, suas atitudes e desafios frente ao poder no seu contexto religioso podem inspirar nossa forma de comunicação diante dos monopólios contemporâneos de conglomerados de comunicação.

Para conseguir responder a este objetivo serão estudados os aspectos contextuais da história da comunicação no Renascimento dos tempos de Lutero comparados aos de nossas navegações virtuais, bem como os aspectos contextuais exegeticos e linguísticos de sua tradução da bíblia para o vernáculo (alemão). Descrita a força dos monopólios do poder de comunicação dos poderes eclesiásticos e oligárquicos da época de Lutero identificando aspectos comuns com os oligopólios midiáticos dos conglomerados atuais.

Também será analisada a comunicação humana como necessidade vital e mostrar os prejuízos das limitações impostas por contextos socio-político-ideológicos da censura e silenciamentos à liberdade de expressão ontem e hoje. E apresentar as possibilidades da indignação comunicativa diante da manipulação e censura dos poderes político-teocráticos da

palavra a partir do *case* inspirador de Martinho Lutero como postura ética possível na redemocratização midiática hoje.

Também é válido o estudo sobre Lutero para compreender como aconteceu o processo de enfrentamento desse monopólio; ao mesmo tempo, descrever a influência que o autor da Reforma Protestante exerceu tanto no Renascimento e Iluminismo quanto revolucionando os processos de comunicação em algumas ideologias contemporâneas.

Por essas razões, o *case* de Lutero é fonte de inspiração para a história da comunicação na atualidade pós-moderna enquanto é exemplo da possibilidade de realizar o desejo humano de comunicar a verdade para o maior número de pessoas e de ir contra as inautenticidades dos monopólios. Outra relevância é o uso das tecnologias no espaço público como direito de todos, em seu caso, no contexto da recente invenção da prensa de Gutenberg, com aspectos semelhantes à atual revolução cibernética. E se faz válido refletir sobre a importância deste evento:

A comunicação existe miticamente desde os primórdios: “No princípio era o verbo...” Este mesmo Verbo evoluiu e transformou-se numa velocidade vertiginosa em nossa época. Antes só a comunicação verbal tinha importância e passou a penetrar todas as camadas sociais a partir da era de Gutenberg. (RECTOR; NEIVA 1998, p. 9)

Portanto, é na história do comunicador que fez uso da tecnologia de Gutenberg e foi um influente indignado ético que se pretende fazer um paralelo entre a história e os reflexos das atitudes de Lutero, acontecidas há quase 500 anos, e os desejos de comunicação democrática, livre e participativa, cuja utopia factível teima-se, ainda hoje, em viabilizar.

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso não é expor a minha percepção a respeito de Lutero e muito menos ter como base o ponto de vista religioso. Por este motivo, serão abordados temas que vão além do *case* do Reformador e que representam a sua presença decisiva e importante na comunicação social.

O presente trabalho tem como função apresentar o *case* de Martinho Lutero e narrar a importância que este indignado ético teve em sua época e a influência que exerceu para que fosse possível a liberdade de expressão e popularização da prensa de Gutenberg. O estudo proposto contempla mais de 500 anos de história. Para definir o recorte foram identificados vários aspectos que envolvem a ética de Lutero. Assim, é sabido quais eram os seus posicionamentos em oposição à Revolta dos Camponeses, por exemplo, ocorrida em 1525¹.

¹ Cairns (2008), p. 265.

Contudo apesar de relevantes à postura humana do Reformador assim como o seu casamento e filhos, tais questões não serão aprofundadas aqui, pois como proposto no recorte do estudo, e como está explícito no próprio título desta monografia, o foco da análise será na sua indignação ética associada à comunicação social e ao uso de seus meios.

Para que seja possível o afastamento ideológico sobre o tema, faz parte da metodologia, o cuidado com a pluralidade fontal, ou seja, o uso de fontes de pesquisa laicas, católicas e luteranas, antigas e atuais; é desta forma que serão apresentadas e aprofundadas as linhas de raciocínio ao longo do desenvolvimento da monografia.

A forma da pesquisa que está sendo desenvolvida será uma análise histórica sobre o *case* de Martinho Lutero. Para desenvolver tal produção usa-se o método bibliográfico. Segundo Gil (2002), este método de pesquisa é desenvolvido com material já elaborado. Embora, praticamente, seja um método necessário para todos os estudos, há pesquisas que fazem uso exclusivo deste método; aqui utiliza-se também o método explicativo, mas o apoio maior é do método bibliográfico. Gil (2002, p. 45) elenca ainda algumas vantagens sobre o método em questão, como a de que

a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2002, p. 45).

Para conseguir responder o questionamento que norteia esta monografia o conteúdo foi dividido em três capítulos:

O primeiro capítulo desta monografia tem o objetivo de contextualizar o objeto de estudo. Desta forma, trará aspectos sobre as condições tecnológicas revolucionárias de comunicação pública, na época do Renascimento dos tempos de Lutero. Nesse momento, também serão analisados os aspectos exegeticos e linguísticos da Bíblia, que estão diretamente ligados com o seu gesto de tradução para o vernáculo alemão. É possível fazer aqui o termo comparativo para compreender a força dos monopólios diante do poder de comunicação: da igreja ontem e do mercado hegemônico hoje. As referências utilizadas aqui como subsídio para fazer a contextualização da época sobre política e história da comunicação são de Chartier (1998) e Brigs-Burke (2004). Já sobre a história da igreja serão utilizados os

autores Cairns (2008) e Bengt (2008) que contém um resumo de toda a história da igreja, da comunicação e suas metamorfoses.

O segundo capítulo tem como principal conteúdo os fatores que influenciaram o gesto de Lutero, entre eles a necessidade de compartilhamento, formação de opinião e quais foram as limitações impostas por contextos sócio-político-ideológicos da época. Para embasar este capítulo, serão utilizadas as obras de Ignace Ramonet (1999); Marshal McLuhan (1964); Venicio Lima (2004) e Pedro Santos (2013) e outros que trazem referências sobre poderes e manipulação que os meios exercem sobre o receptor, inclusive na atualidade. No entanto, tudo isso tem como a priori o fundamento da necessidade humana de comunicar. Por este motivo, além dos autores já citados, também se faz necessária a abordagem dos temas da censura e silenciamento, pois o Reformador ansiava por liberdade de expressão e precisou enfrentar problemas com o silenciamento e a censura das suas idéias. Para explanar estes conceitos o aporte teórico é da obra de Eni Orlandi (2002).

O terceiro capítulo aborda a questão da indignação ética e comunicativa de Martinho Lutero diante da manipulação dos poderes político-teocráticos no uso da palavra no espaço público; descrevem-se os pormenores históricos da repercussão e reações das autoridades várias. Também aqui se faz uma abordagem comparativa sobre o reconhecimento da autoria, o uso da estratégia de silenciamento ontem e a persistência de luta pela possibilidade de redemocratização midiática diante dos velhos vícios do monopólio em nosso hoje. Para subsidiar esse capítulo conta-se com as pesquisas de Gonçalves (2009); Helmer (2013); neles é possível ter uma visão cronológica dos fatos e também da liberdade de expressão de Lutero. Sobre os aspectos éticos da indignação utilizam-se como fontes os doutores em ética no jornalismo Francisco José Karam (1997) e Venício Lima (2001; 1984) e algumas entrevistas suas para Portais de conteúdos.

Como se pode perceber, a linha teórica desta monografia será a ética na comunicação e que para compreendê-la é necessário fazer uso da filosofia, sociologia, história, análise do discurso e linguística.

2 MARTINHO LUTERO, HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO E OS MONOPÓLIOS

A comunicação faz parte da história da humanidade desde os seus primórdios. A influência da comunicação é marcante também no tema escolhido neste estudo monográfico sobre Martinho Lutero. A análise deste processo demanda, pois, a necessidade de demarcar o período específico para que seja possível compreender aspectos marcantes do processo comunicacional ao longo da existência do Pai da Reforma Protestante que influenciaram e influenciam a comunicação até hoje. Sendo assim, parte-se da Idade Média (1054-1305), um período conturbado da história em que as palavras liberdade e questionamento eram fortemente censuradas. Quando se dá o declínio desse período, nasce a possibilidade de desenvolvimentos significativos em vários sentidos; inclusive na comunicação.

A baixa mobilidade nas esferas sociais e o grande número de camponeses e artesãos da época possibilitam a compreensão dos altos índices de analfabetismo. Este aspecto está diretamente ligado com a comunicação, pois, os conteúdos produzidos tinham baixo alcance de leitores. Além disso, o monopólio midiático da Idade Média era da Igreja Católica Romana, caracterizada como imparcial e hegemônica e que exercia domínio sobre o modo de pensar da população. Em função desse contexto, a Igreja faz uso das artes (das pinturas e afrescos) que representavam passagens bíblicas ilustradas nos templos onde também eram realizados sermões, em latim, língua oficial da Igreja Romana. Em meio ao forte controle, havia pensadores que viveram antes e durante este período e que foram silenciados pela Igreja.

Quando renasce o estudo da filosofia, ainda na Idade Média, com a escolástica, o debate das ideias e a dialética passam a ser permitidos; a Igreja Romana, porém, permanece exercendo o domínio sobre a comunicação social e os questionamentos. Assim, a filosofia era considerada servidora da teologia (*ancilla theologiae*). Segundo Gonçalves (2009, pp. 173-183), no mesmo período, também são aprofundadas as ideias de Agostinho segundo o qual “*não é o homem que busca a verdade é a verdade que busca o homem*” (apud GONÇALVES, 2009, p. 173) e de outros pensadores como Pedro Abelardo que traz a inovação para as universidades e a contestação para a pesquisa filosófica. Boaventura e a Escola Franciscana retomam Platão e Tomás de Aquino que dialoga com a filosofia árabe, contribui para a compreensão da teologia distinguindo-a da Filosofia. Aristóteles é retomado por Avicena e Averróis, que pela tradição filosófica árabe ajudam Tomás de Aquino com obras inéditas de Aristóteles a fundamentar a luta pela autonomia da fé e da razão.

No entanto, apesar da abertura para a Escolástica por parte da Igreja, os resultados filosóficos precisavam contribuir para a teologia; para confirmar aquilo que era afirmado pelo princípio da fé e que com a filosofia poderia ser comprovado. Mas a dedicação à filosofia proporcionou questionamentos e conclusões que não eram favoráveis à Igreja; como a percepção do ser humano pensante sem a necessidade da fé. Os pensadores enfrentavam muitos problemas para difundir as suas ideias, pois além das censuras impostas era preciso conviver com a precariedade tecnológica, ainda exclusivamente manual.

Por essa razão é que os rituais públicos, festivais e espetáculos teatrais tiveram grande importância na Idade Média. Além do baixo índice de letrados existia a dificuldade para a reprodução de conteúdos, assim “o que não podia ser anotado devia ser lembrado, e o que devia ser lembrado era apresentado de maneira fácil de se aprender” (BRIGGS; BURKE 2004, p. 29). Assim, a única forma de comunicar e transmitir informações aos não letrados, a maioria da população europeia, passaram a ser as peças teatrais e as pinturas.

Neste contexto, os pensadores precisavam dispor de algumas características que ainda são vigentes para os comunicadores do século XXI como a criatividade para explorar conteúdos que já haviam sido produzidos e o convívio com a censura, pois os padrões são impostos desde os primórdios da comunicação. Outra característica foi a rebeldia em não aceitar tudo o que é imposto e, por razões de indignação ética, proposta principal desta monografia. A indignação e luta contra a repressão tornam-se fatores fundamentais para a revolução deste período; gerando possibilidade de produzir conteúdos éticos e de forjar pensadores críticos-criativos no enfrentamento dos monopólios vigentes. No contexto atual, percebe-se situação semelhante já que os monopólios midiáticos apenas modificaram as suas formas e os seus nomes, mas os objetivos permanecem os mesmos: impor verdades inquestionáveis e exercer domínio sobre o modo de pensar da população.

2.1 RENASCIMENTO: DE LUTERO ÀS NAVEGAÇÕES VIRTUAIS

O movimento e fato histórico Reforma Protestante ocorreu na Alemanha, em 1517. O contexto é a transição da Idade Média para o Renascimento. Alguns aspectos presentes ainda na Era Medieval tornam-se imprescindíveis para a compreensão das motivações e necessidade da Reforma.

O feudalismo foi um período de organização política baseado na posse de terras. A estratificação social era horizontal, com pouquíssima mobilidade. Segundo Cairns (2008), a influência do feudalismo na Igreja foi de suma importância. Dessa forma, no término da Idade Média a Igreja era proprietária de porções de terras localizadas na Europa Ocidental. Os territórios citados não eram comprados, mas eram doações de homens que buscavam, por meio da oferta de terras, conquistar o perdão das suas iniquidades que só poderia ser concedida pelo papa.

O poder econômico desenvolvido pela posse territorial tornou a Igreja uma instituição poderosa. Além do controle político e social, também desempenhou a dominação ideológica de seus súditos, por meio das crenças permitidas e controle de conteúdos disponibilizados. Como o caso do *INDEX Librorum Prohibitorum* – (Índice dos Livros Proibidos), criado em 1501, pelo papa Alexandre VI. Ele tentou proibir a publicação de livros que não tivessem autorização do poder eclesiástico, índice que listava os livros proibidos pela Igreja Católica, ou seja, uma forma de censura à liberdade de expressão. Mesmo em meio a essa conjuntura governamental, durante o período de supremacia do papado é criada a escolástica, que visava racionalizar a teologia, para que pudesse ser possível compreender Deus e a fé por meio da filosofia ocidental de Aristóteles. O escolasticismo contribuiu para o surgimento de místicos, que propunham maior pessoalidade na religião; que posteriormente seria uma das características da Reforma.

Para Cairns (2008), é neste contexto que surgem os precursores da Reforma Protestante: Wycliffe e Huss. João Wycliffe (1328-1384) estudou em Oxford, na Inglaterra. Ele objetivava eliminar os clérigos imorais e o fim da corrupção de territórios monopolizados pela Igreja. João Huss (1323-1415) é outro nome que inspira a Reforma. Estudou na Universidade de Praga, onde iniciou o desenvolvimento nacionalista e desejo de Reformar a Igreja Romana. Tais idéias promoveram a inimizade com o papa, que culminou na condenação de suas ideias no Concílio de Constança, e na sua sentença de morte de ser queimado em uma fogueira, deixando intacto o seu livro: *De Ecclesia* (1413).

A derrota ou a absorção desses movimentos pela Igreja Romana encerrou todas as tentativas de reforma interna. Ao mesmo tempo, forças externas se formavam em oposição ao sistema papal. Essas forças foram o espírito humanista da Renascença, o nacionalismo e a expansão geográfica do mundo que era a consequência da exploração do Extremo Oriente e do Hemisfério Ocidental. Todas essas forças fortaleceram o movimento que irromperia como sendo a Reforma Protestante e que colocaria um fim ao domínio do papado. (CAIRNS, 2008, p. 232)

Na mesma obra *O Cristianismo através dos séculos*, Cairns (2008) comprova que durante a Idade Média a Igreja exerceu forte domínio sobre o modo de pensar. Aqueles que discordavam dos ideais impostos eram exterminados de maneira cruel como no caso de Huss, que fora queimado vivo. Essa memória de trágicas histórias tornou-se fonte de inspiração para outro homem, Lutero, que conseguiu atingir os objetivos sonhados por esses verdadeiros precursores da Reforma Protestante.

De fato, Martinho Lutero, o Reformador, possuía praticamente as mesmas ideias de Huss e Wycliffe. Há, porém, dois aspectos a diferenciá-los: o período histórico e aparelhamento tecnológico. Os precursores estavam situados na Era feudal e Lutero no Renascimento. Conforme Cairns (2008), a Renascença marcou profundamente países importantes da Europa entre 1350 e 1650 pelo fato de evidenciarem a transição da Idade Medieval para o mundo moderno. Para Gonçalves (2009, p. 189), o período “cria um novo caminho de investigação e conhecimento, que, superando a velha metodologia do recurso às autoridades, apoiava-se unicamente na razão e na experimentação científica”. Neste período, os chamados humanistas, passaram a ter contato com a bíblia nas suas línguas originais² e acentuaram o estudo da literatura clássica e de outras línguas. Tais atitudes já demonstravam mudanças significativas no modo como a Igreja agia, porém, apesar da transição para o Renascimento, por muitos anos a Igreja permanece exercendo influência nos reinados e na formação ideológica de seus subordinados.

É nesse período de transição que surge a figura do Reformador. Lutero nasceu em 1483, na Alemanha. Filho de Hans Luther e Margarete, a família tinha uma situação econômica bastante restrita, pois o pai de Lutero era operário de uma mina de Cobre. Quando Lutero completou um ano de vida, a família mudou-se para Magdesburgo, onde passou a sua infância e iniciou os seus estudos. Devido às dificuldades financeiras de seus pais, participava do coral escolar fazendo apresentações para auxiliar no pagamento dos estudos. Com a contribuição de amigos, como Úrsula Cotta, concluiu seus estudos iniciais em Magdesburgo e Eisenach, onde recebeu o ensino superior de latim, obrigatório para o ingresso na Universidade de Erfurt, em 1501. Aí estudou e alcançou o título de *Magistri Artium* (*Mestres das artes*). Segundo Cairns (2008, p. 259), na mesma universidade, também estudou filosofia aristotélica, baseada nas ideias nominalistas com Guilherme Occam, que defendia “ser a razão o verdadeiro guia da filosofia”. Depois do mestrado, ele quis permanecer na dedicação

² O Antigo Testamento em hebraico e o Novo Testamento em grego.

acadêmica e precisou escolher entre a área científica, teológica ou jurídica. Lutero decidiu estudar direito e, ao mesmo tempo, lecionar as disciplinas de Artes, na mesma Universidade (BEGNT, 2008, pp. 180-181). Ao voltar para casa, na sua cidade natal Eisleben, a fim de repensar a sua escolha profissional, é surpreendido por uma forte tempestade. Para tentar proteger sua vida, faz essa promessa a Santa Ana: se sobrevivesse àquela tormenta, tornar-se-ia monge.

Como homem honesto que era, cumpriu a sua promessa. Lutero entrou no mosteiro dos Agostinianos em Erfurt. O contato com as ideias de Agostinho foram fundamentais para o pensamento de Lutero, pois é somente a partir dele que o Reformador passa a estudar os pilares da fé, mas unindo também com os pensamentos de Aristóteles e Tomás de Aquino, que tinham o foco em uma filosofia densa e servidora da razão aliada à teologia.

Em 1510, Lutero foi enviado a Roma, na Itália, para tratar de divergências que estavam dividindo a ordem dos Agostinianos, da qual devido à sua “sua rebeldia e indignação ética” culminada em 1517, seria excomungado em 1521. Na capital do Catolicismo, Lutero teve uma grande desilusão com as incoerências e desvios de comportamentos, exploração da fé por motivos econômicos. A viagem foi fundamental para desenvolver a sua indignação ética, que culminaria em 1517, com a publicação das 95 teses, que se estuda mais à frente. Quando retorna à Alemanha é convencido a deixar Erfurt para lecionar na pequena universidade de Wittenberg, cidade de Johann Von Staupitz, vigário-geral da ordem de Lutero. O contato com o seu mentor foi essencial para a formação acadêmica do Reformador, pois ele incentivou Lutero a buscar as respostas e explicações para a sua decepção com a Cúria Romana, tanto no estudo da teologia como na pregação (BENGNT, 2008).

Lutero torna-se doutor em teologia e passa a lecionar uma disciplina cujo objetivo era desvendar a bíblia em sua essência e que era ensinada no vernáculo. Para tanto, dedica-se ao estudo do hebraico, língua pouco conhecida. Além da teologia, aprofunda os estudos da filosofia aristotélica e leciona por um ano a disciplina de ética a partir de Aristóteles. A sua vontade em aprender mais e buscar por verdades aos poucos permitiram que ele se tornasse um padre notável e professor respeitado.

O jovem estudioso da palavra de Deus tinha dentro de si uma busca incessante por verdades, as quais ele sabia que eram de conhecimento da Igreja, mas que jamais seriam oferecidas ao povo. Os estudos de interesse interdisciplinar fazem o Reformador compreender a necessidade das transformações ideológicas, políticas, culturais e

comunicacionais. Esse ponto de partida reflexivo evoluiu e tornou possível um caminho transformador cujas pautas permanecem vigentes quase 500 anos depois de seu primeiro ato.

A professora de Ciência e Religião, Christine Helmer (2013), confirma que a formação multidisciplinar de Lutero em áreas além da teologia, como sua formação em artes, serviu para que fosse possível estender a teologia para as áreas da música, linguagem, filosofia e psicologia. Além de seu compromisso com a filologia, tradução e profundos interesses religiosos associados à história, à metafísica e lógica.

Lutero era ousado em pensar mediante distinções teológicas - por exemplo, o Deus que justifica e o ser humano pecador [...] Suas reconceituações tinham um impacto transformador na revisão de noções de sacerdócio e liberdade, fé e verdade [...] Os vislumbres da realidade da pessoa, do mundo e de Deus por parte de Lutero inspiraram séculos de interpretação em vários fóruns religiosos, culturais e políticos. (HELMER, 2013, p. 18)

A partir da defesa do recurso da interdisciplinaridade, ou seja, as diversas vertentes do conhecimento que ele explorou, torna-se compreensível a importância das suas contribuições para a atualidade. Martinho Lutero era, para a sua época, o que chamamos no jornalismo de um *Professional multimake*, ou seja, um profissional que domina diversas áreas do conhecimento. Era mestre em artes, teólogo, professor de filosofia, escritor, especialista em oratória e dedicado à linguística. Estes vários ramos de atuação permitiram o desenvolvimento de suas ideias, que eram opostas à instituição católica. A primeira das suas áreas de atuação pode ser considerada fundamental para o aprofundamento em outras vertentes intelectuais: “Os *Magistri Artium* (Mestres das Artes) podem contar nas universidades com novas obras aristotélicas de física e ética, trazidas pelos árabes, que se juntaram à Lógica e a Metafísica.” (GONÇALVES, 2009, p.182). E ainda na Idade Média inicia-se a tentativa de compreensão entre essência e existência divina, que também seria aprofundada por Lutero, devido a sua formação.

Mas a pergunta que se faz é como estas ideias tiveram tanta repercussão? A resposta para tal questão também vale como justificativa para a escolha do seu *case* para esta monografia. As suas ideias só foram difundidas em grande escala porque ele fez uso do *boom* tecnológico que surgira exatamente nessa época: a prensa de tipos móveis. Ela será modernizada mais tarde no período pós-Revolução Francesa, em 1811, com a prensa mecânica cujo uso de linotipos acelera a produção de conteúdo impresso e promove a dialética da comunicação social. A nova tecnologia unida aos ideais iluministas desenvolvidos no mesmo período irá proporcionar a criação de um novo cenário com abertura para o debate

coletivo, pelo anseio por democracia e liberdade de expressão e a difusão dos pilares da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Vale, para nosso objetivo fazer breve digressão histórica para mostrar a importância do uso da tecnologia da prensa nascente por Lutero. Segundo os historiadores de comunicação Asa Briggs e Peter Burk (2002), a China e o Japão já praticavam a impressão desde o século VIII, conhecido como “impressão em bloco” e era realizada da seguinte forma: “Usava-se um bloco de madeira entalhada para imprimir uma única página de um texto específico. O procedimento era apropriado para culturas que empregavam milhares de ideogramas, e não um alfabeto de 20 ou 30 letras.” (BRIGGS e BURK, 2002, p. 26).

O fato de o método asiático não condizer com a realidade linguística do ocidente, fez com que a invenção fosse adequada às necessidades ocidentais. A Revolução da prensa gráfica, como é conhecida, marcou a Era Moderna. A caneta tinteiro e a produção artesanal estavam com os dias contados, pois para a época a prensa representava o apogeu da tecnologia da comunicação, que desde aquele período evoluiu para chegar às impressoras utilizadas na produção de impressos da atualidade. O ano de 1450 é a data aproximada para a invenção que permaneceu vigente pelos três séculos seguintes.

Johannes Gutenberg de Mainz, “inspirado pelas prensas de vinhos da sua região natal, banhada pelo Rio Reno - que usava tipos móveis de metal” é quem desenvolve a máquina (BRIGGS e BURK, 2002, p. 26). A prensa de Gutenberg, que possibilitava produção em larga escala, tornou-se tão popular que se espalhou pela Europa e foi considerada por Lutero “uma grande graça de Deus”. Uma década após a sua criação contabiliza-se a produção de milhares de publicações impressas:

Por volta de 1500, haviam sido instaladas máquinas de impressão em mais de 250 lugares da Europa – 80 na Itália, 52 na Alemanha e 43 na França. As prensas chegaram à Basiléia em 1466, a Roma em 1467, a Paris e Pilsen em 1486, a Veneza em 1469, a Leuven, Valência, Cracóvia e Buda em 1473, a Westminster em 1476 e Praga em 1477. Todas essas gráficas produziram cerca de 27 mil edições até o ano de 1500, o que significa que – estimando-se uma média de 500 cópias por edição - cerca de 13 milhões de livros estavam circulando naquela data na Europa com cem milhões de habitantes. (BRIGGS e BURK, 2002, p. 26).

A nova tecnologia possibilitava a difusão de informação em larga escala, apesar do grande número de analfabetos e da censura ainda realizada pela Igreja. John B. Thompson (1998, p. 56), esclarece que “as primeiras impressões eram em latim e uma porção significativa (cerca de 45%) era de caráter religioso.” Os livros produzidos eram de viés

filosófico e da teologia clássica medieval ou ainda de cunho acadêmico jurídicos e científicos. O livro impresso também trouxe aspectos ligados ao psicológico e ao social:

A linearidade, a precisão e a uniformidade da disposição dos tipos móveis são inseparáveis das grandes formas e inovações culturais da experiência renascentista. A nova intensidade da pressão visual e do ponto de vista particular, no primeiro século da imprensa, veio associada aos meios de auto-expressão tornados possíveis pela extensão tipográfica do homem. (MCLUHAN, 1964, p.197)

Os livros impressos ainda “incluíam muitas edições da Bíblia (tanto no latim quanto em línguas vernáculas), como também livros usados nos cultos religiosos e nas orações particulares, como o Livro das Horas”. É nessa dinâmica do uso da prensa, usufruindo da galáxia Gutenberg, no dizer de McLuhan (1964), época das grandes invenções tecnológicas que irá fazer diferença a tradução e popularização da bíblia para o vernáculo alemão, produzida pelo Reformador Martinho Lutero.

2.2 OS IMPACTOS DA REFORMA EM UMA SOCIEDADE FEUDAL

As produções da Lutero foram desenvolvidas pela necessidade de demonstrar que a forma como o poder vigente estava conduzindo a ideologia da população católica mundial apresentava diversos equívocos. O ato do reformador representava uma maneira de desenvolver o debate sobre a autoridade papal e sobre as indulgências e, por consequência, ter acesso a um diálogo para corrigir os erros cometidos e evitá-los por meio do acesso popular às escrituras sagradas. No entanto, a Igreja representava além do poder de domínio ideológico, os poderes político e econômico sobre os territórios onde estava presente:

Se considerarmos a Reforma somente a partir de uma perspectiva política ou da administração eclesiástica, ela pode ser tida como uma revolta contra a autoridade da Igreja de Roma e seu chefe, o papa. Mesmo admitindo que a Reforma teve um caráter revolucionário, não se está dizendo necessariamente que a verdadeira igreja se restringisse a Roma. Os reformadores, e muitos outros que os precederam, procuraram malogradamente reformar a Igreja Católica Romana medieval a partir de dentro, mas foram forçados a deixar a velha organização, por causa das ideias renovadoras. (CAIRNS, 2009, p. 250)

Ao ampliar o sentido da Reforma para além da teologia, percebe-se a influência que os aspectos políticos, econômicos e ideológicos exerceram para torná-la possível. Além dos citados, vale perceber a influência exercida pela comunicação, pois o movimento ganha força

pelo fato de Martinho estar aparelhado tanto no plano intelectual quanto tecnológico e comunicacional para difundir suas ideias; essa dupla componente é responsável por tornar a Reforma possível. E para que sua indignação ética contra os abusos feitos pela igreja não ficassem restritas foi determinante sua difusão social para que fossem mudadas.

O contexto deste capítulo traz uma característica perspicaz da sociedade. O poder vigente da época possibilitara uma brecha para o desenvolvimento de áreas restritas que lhes interessavam como a filosofia. A restrição também estava na quantidade de pessoas a quem eram permitidas o acesso a tais informações, basicamente membros da academia. Em função deste aspecto, da baixa possibilidade de mobilidade social e altos índices de pessoas que praticavam trabalhos estritamente físicos, o índice de analfabetos era altíssimo. Mas há fatos novos como o de transformações da sociedade européia, entre elas a expansão das cidades com o êxodo rural dos camponeses e crescimento natural da população. “Uma cidade grande tinha 30 a 50 mil habitantes. A cidade de Wittenberg devia ter no máximo alguns milhares de habitantes. O grande número de pessoas instruídas que viviam nas cidades fazia delas os centros da política e do mundo das ideias.” (GASSMAN; HENDRIX, 2002, p. 11).

A Reforma é datada pela história em 31 de outubro de 1517, quando Martinho Lutero divulgou as 95 teses escritas em latim e, posteriormente, traduzidas para o vernáculo. “Estima-se que estas teses tenham chegado ao conhecimento de quase toda a Alemanha em questão de quinze dias, e de boa parte da Europa em um mês” (Thompson, 2002, p. 58). Elas denunciavam algumas atitudes praticadas pelos clérigos, mas que eram contrárias às escrituras. Na verdade, este evento se iniciou quando de sua viagem a Roma, lembrada acima, durante os estudos da teologia quando se defronta com a realidade corrupta da Cúpula Romana. Contudo, aquelas teses fixadas na porta do Castelo de Wittenberg no campus universitário de Wittenberg teriam um impacto muito maior que apenas uma discussão acadêmica:

Suas reconceituações tinham um impacto transformador na revisão de noções de sacerdócio e liberdade, fé e verdade, a abscondidade assustadora de Deus... Os vislumbres da realidade da pessoa do mundo e de Deus por parte de Lutero inspiraram séculos de interpretação em vários fóruns religiosos, culturais e políticos. (HELMER, 2013, p. 18).

Assim como apresentado por Helmer (2013), as consequências da Reforma no Monopólio Midiático da época estabeleceram transformações em outros setores da sociedade e proporcionaram metamorfoses de suma importância para a constituição da sociedade atual. A dedicação do Reformador em saber mais sobre a bíblia contrastava com o contexto sócio-

cultural no qual estava inserido. Os índices de analfabetismo eram muito elevados. As bíblias eram encontradas apenas no idioma latino, mesmo idioma utilizado nas missas realizadas. A soma dos dois aspectos desenvolveu uma consciência pré-estabelecida de que a população acreditava precisava comprar as indulgências comercializadas pela igreja, para garantir a salvação de suas almas.

Tais condições somadas à realidade corrupta de Roma fomentaram a busca incessante de Martinho para responder a estas questões. O Reformador traduzia trechos da bíblia para as suas aulas e para o seu próprio conhecimento. No momento em que Lutero inicia os estudos do novo testamento e faz a exegese para o vernáculo; percebe que sua indignação faz sentido. Na carta de Paulo no livro de Gálatas, versículo 3,11 da Bíblia Sagrada diz: “Visto que o justo viverá por fé”, ele conclui que bastaria a fé para a salvação e ela não teria preço, sendo assim, não seria mais necessário comprar uma indulgência para possuir tal garantia. Após esta conclusão ele percebe a necessidade em divulgar esta nova informação.

Desde o final do século anterior (XVIII), sobretudo após a lei da Igreja de 1686, a Inglaterra luterana apoiada pelo Estado ali empreendeu uma vasta campanha de ensino da leitura para que todos os fiéis pudessem “aprender a ler e ver com os próprios olhos o que Deus ordena e comanda através da sua palavra sagrada. (ARIÈS; CHARTIER, 1991, p. 120)

Para Ariès e Chartier, o desenvolvimento da alfabetização apoiado pelo reformador e mantido pela Inglaterra séculos após a Reforma é adiado pelos resultados obtidos. Lutero desejava que suas descobertas tivessem grande alcance, que proporcionassem a dialética e que as tecnologias estivessem a serviço da autonomia humana de comunicação. O resultado do processo de alfabetização resultou em leitores funcionais, que decodificavam as sentenças, mas não compreendiam o que liam. Os fiéis apresentavam respostas decoradas e falhas que provavam que a catequese não visava a uma leitura pessoal da Bíblia, mas apenas à memorização de fórmulas ensinadas oralmente.

Para tentar reverter a situação negativa, em 1520, apenas três anos após a Reforma, Lutero abandona a exigência da alfabetização para a leitura individual da bíblia:

Lutero abandona a exigência da leitura individual e universal da bíblia em prol de outro projeto, que enfatiza a prédica e o catecismo – portanto, a missão de ensinar e interpretar restituída aos pastores, que assim devem controlar a compreensão do texto sagrado. Instaura-se uma nítida separação entre as políticas escolares dos Estados Luteranos, que acima de tudo visam à formação de elites pastorais e administrativas, e a obra de educação religiosa do povo que, baseado no ensinamento oral e na memorização, pode muito bem conviver com o analfabetismo [...] Só com a Segunda Reforma, iniciada pelo pietismo no final do século XVII, a

relação individual com a bíblia – que supõe o domínio da leitura - é colocada como uma exigência universal. (ARIES; CHARTIER, 1991, pp. 121-122)

O abandono do incentivo à leitura aconteceu pela percepção de que aquela sociedade ainda com fortes traços feudais não estava preparada para a hermenêutica da Reforma. Seria necessário recomeçar a reforma pela base, capacitando teólogos para que as conclusões fossem fiéis e verídicas. E quando isso se tornasse possível, retomar o incentivo à alfabetização, mas desde aquele momento os sermões seriam realizados no vernáculo. Provavelmente a questão equivocada na leitura deve-se a uma característica marcante na Europa Medieval muito marcada pela oratória:

A Europa Medieval – assim como a Grécia antiga - sempre foi considerada uma cultura essencialmente oral. Os sermões eram um meio importante de disseminar informação. O que hoje chamamos de literatura medieval teve sua produção, nas palavras de um estudioso pioneiro neste tema, o decano H.J. Chatytor, voltada para um público ouvinte e não para um público leitor. (BRIGGS e BURK, 2002, p. 20)

Além do fator educacional, outros fatores foram influenciados pelo movimento Luterano, como é o caso da política, economia e intelectualidade. Com o auxílio da imprensa e da oratória em alemão as ideias de Lutero passaram a ter grande repercussão. Segundo Cairns (2008), os Estados que adotaram o protestantismo estavam fora do domínio de Roma. Os governantes seguidores de Lutero não mais permitiam a Jurisdição sobre os seus territórios, tanto temporal quanto espiritual. Ao mesmo tempo, não eram mais contribuintes dos impostos eclesiásticos ofertados a Roma e a administração civil de cada nação mantinha a postura de oposição à igreja Romana.

A economia já havia passado por algumas modificações ainda na Idade Média, com a descoberta de matérias-primas, fundamentais para a principal atividade desenvolvida na Europa: a agricultura. Contudo a não condenação ao lucro e posição contrária ao pagamento de indulgências culminou no corte do envio de riquezas para o papa em Roma, visto que ele não era mais a autoridade máxima para os países adeptos do protestantismo de Lutero.

Max Weber (1996, p. 61) aprofunda esse tema da economia e apresenta os pontos periféricos nos quais está envolvida: “Trata-se de tornar mais claro o impacto que os movimentos religiosos tiveram no processo de desenvolvimento da moderna cultura secular, surgida de inúmeros fatores históricos.” Por outro lado, também referente à economia, o autor defende que os impactos da Reforma atingiram e desenvolveram aspectos, mas que não é o

caso do capitalismo, sempre atribuído como produto da Reforma Protestante. Weber (1996) cita que o modo capitalista era notório antes da indignação ética de Martinho, em 1517.

Quanto ao aspecto da intelectualidade no contexto, Lutero acreditava que a tecnologia fosse responsável pelo empoderamento de uma consciência com autonomia e que seria transformada em um novo modelo de consciência coletiva que afetaria o poder massivo da mídia hegemônica da época. É o que defende Cairns (2009, p. 254): “O fator intelectual na Reforma deve-se à postura crítica adotada por mentes lúcidas e secularizadas diante da vida religiosa dos seus dias como proposta pela Igreja Católica Romana.”

De fato, muitas dessas pessoas influentes ao ter contato com as questões reformadas, além de usarem sua autonomia para comunicar geraram repercussões como *opinionleaders* e tornaram possível o nascimento paulatino de um novo povo e uma nova opinião pública. De um lado, os adeptos das ideias do Reformador e, de outro, os novos seguidores descontentes da elite pensante e dona da palavra. Porque no novo espaço público, teriam liberdade para pensar com o auxílio de intelectuais que se dedicavam ao aprofundamento teológico evitando, assim, a entropia no processo linguístico e interpretativo das mensagens ancoradas na bíblia. Lutero passa a ocupar uma posição de antecessor da construção da cidadania. Provavelmente, o Reformador tenha valorizado estes pensamentos já que ele mesmo, como visto acima, cultivava a herança da convergência de pensamentos filosóficos desenvolvidos e silenciados para pensadores anteriores e durante a escolástica, mas que propunham ideais para além do que era permitido pelos clérigos.

Essa nova força de opinião pública, unida à herança da convergência de vozes filosóficas do Renascimento, fortaleceu a mentalidade de direito ao exercício da palavra. Contudo, apesar dos auxílios tecnológicos, o enfrentamento da Igreja pela busca da autonomia e liberdade de expressão parece assemelhar-se ao mesmo contexto da atualidade. Porque, mesmo após 500 anos, o direito de comunicar ainda continua restrito aos que detêm o poder simbólico.

No caso de Lutero, a sua liberdade de expressão foi conquistada, pois ele não tinha como objetivo romper com o catolicismo, apenas desejava mudar práticas e atitudes contrárias às escrituras. Ao ter contato com a sua história e com a contextualização de seu momento histórico, percebe-se que a sua indignação ética se dá devido a essa convergência de fatores: a compreensão sobre as indulgências, tecnologia favorável, a autonomia estabelecida pela universidade, o apoio de Eleitor Frederico da Saxônia e à intelectualidade interdisciplinar de Lutero. Em tudo isso, porém, o decisório é ter assumido pagar o preço da ética.

Não se pode, no entanto, deixar de lado outro fator crucial nas ideias de Lutero: sua forma de dar significado à palavra liberdade. Primeiro devido à sua formação, pois, este tema estava diretamente ligado com a Liberdade Cristã. Depois, no contexto de Reformador, quando descobre o equívoco que as indulgências se tornaram, Lutero passa a entender liberdade como discordância do poder vigente e de pensar e difundir tais pensamentos. Assim, além de fazer uso da Liberdade cristã ele passa a fazer uso da Liberdade de Expressão. O significado desta pequena e simbólica palavra foi tão crucial para ele que passou a fazer parte do seu próprio nome. Conforme Helmer (2013, p. 47), Lutero modificou a grafia de seu nome de *Luder* para *Luther*, e descobriu na nova palavra o termo grego que designa liberdade, *eleutheria*. Assim, por diversas vezes assinou suas obras como *Eleutherius* que significa “o livre”. Ou seja, o livre para pensar e para difundir suas ideias. Observa-se, portanto, até no trabalho filológico, uma consciência de Lutero que confirma e fundamenta sua indignação ética.

O resultado da Reforma como união de descontentamento e tecnologia foi muito além do esperado por Lutero:

A nova teologia de Lutero se difundiu através dos panfletos impressos nas cidades alemãs. Seus tratados eram lidos sofregamente por pessoas que também os liam para os outros em casa e no trabalho. Em apenas seis anos, de 1517 a 1523, Lutero se tornou o escritor religioso mais popular de todos os tempos na Europa. Pela primeira vez na história, a invenção da prensa com tipos móveis possibilitou a difusão de novas ideias rapidamente para o grande público. Essa revolução na imprensa teve, no século 16, um efeito sobre as comunicações comparável ao impacto da televisão e dos computadores no final do século 20. Sem ela, a Reforma ou não teria sido realizada ou teria evoluído bem mais lentamente.” (GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 11)

Apesar do enfrentamento do monopólio, as suas ideias repercutiram e foram aceitas por uma parcela significativa da população europeia e até hoje sua figura é lembrada pela importância que exerceu para a disseminação de ideologias que seriam o combustível para o Iluminismo do século XVII, para a modernidade e pós-modernidade:

Lutero foi sensacionalisticamente retratado como um novo apóstolo Paulo ou um novo Agostinho, uma figura carismática e revolucionária que apontou para uma nova alvorada na história da igreja e do mundo. Ele foi notoriamente descrito como precursor da modernidade. Tirou das trevas medievais valores que a modernidade preza: a importância da liberdade individual e a igualdade fundamental de todas as pessoas humanas. Modernos compromissos sociais e éticos luteranos, como a educação e a assistência médica universais e o bem-estar social, podem ser remontados a ideias originais de Lutero. (HELMER, 2003, p. 25)

Os aspectos citados sobre os valores defendidos pelo Reformador já podem ser compreendidos pelas atitudes tomadas como forma de enfrentamento à mídia da época. O Reformador além de todos os títulos que possuía, após sua indignação ética e dedicação em mostrar a realidade subliminar do poder da época, também passa a ser considerado um comunicador dedicado com as responsabilidades embutidas e com o bem estar daqueles que estavam subordinados ao Regime. Além disso, segundo Briggs e Burke (2009, p. 110): “A fragmentação da autoridade religiosa tornou impossível o controle total pelos governos da impressão gráfica [...] quando os impressos se tornaram uma entre as tecnologias verbais e visuais dirigidas por novas formas de poder finalmente convergidos para a estrutura global.” E a convergência ao longo dos séculos é ampliada entre 1520 a 1790.

A Reforma também se faz presente na mudança comportamental. As contradições sobre a Reforma e a Contra-reforma no comportamento se dá pela importância dada à bíblia que culminaria no desenvolvimento de uma cultura clerical:

Há diferenças entre católicos e protestantes, que comportam, sem dúvida, não poucas contradições [...] Enquanto os católicos buscavam a modificação dos costumes, os protestantes empenhavam-se numa abolição completa das tradições e da moral popular, e isso em nome das “novas virtudes” cristãs como a sobriedade, a diligência e a disciplina, quer dizer, as que compõem a mentalidade requerida pela produtividade. (BARBERO, 1997, p. 100)

A ênfase de Barbero (1997) é importante por comprovar que Lutero, o Reformador, desenvolveu uma tradição distinta da popular praticada antes da Reforma. Assim, os seus livros e sermões eram produzidos em conformidade com as verdades traduzidas para o vernáculo e que, exigindo o conhecimento de como seria correto agir, mostrava que os modos antigos que não eram corretos, precisavam ser abolidos.

Ao perceber que a função de comunicador unida ao conhecimento teológico, à oralidade e à palavra tornaria possível transformar suas ideias desenvolvidas na Academia em algo público, ele assume esta posição e faz uso das atribuições de um comunicador do século 16. Ao ocupar a função de comunicador, ele precisa conviver com o poder imposto pelo editor-chefe; que neste caso além de coordenar os conteúdos publicados, era uma autoridade simbólica da economia e da política. Ao fazer este paralelo é importante fazer um questionamento pertinente: Por quais aspectos pode-se considerar que o poder da Igreja dos tempos de Lutero assemelha-se ao poder da mídia hegemônica da atualidade?

2.3 OS MONOPÓLIOS DO PODER DE COMUNICAÇÃO: DA IGREJA MEDIEVAL À GRANDE MÍDIA PÓS-MODERNA

Muitos professores que lecionam a disciplina de história iniciam as atividades da disciplina com a definição de história. E expressam aos alunos o pensamento que História é a ciência que estuda o passado para melhor compreender o futuro. Ou ainda, como é comumente apresentado nos livros didáticos da disciplina, que a “história é a ciência que estuda os erros do passado para evitá-los no futuro.” Talvez em uma primeira leitura as definições apresentadas não façam sentido, mas é preciso refletir sobre elas. Ao analisar o desenvolvimento das civilizações percebe-se que a partir da história é possível, em determinados casos, projetar o futuro. Mudam as motivações, os governantes, às vezes as ideologias, mas sua essência permanece imutável. Pensando dessa forma, faz sentido estudar o passado, pois no presente ou no futuro situações semelhantes poderão ocorrer. O recurso da história foi citado neste momento, pois é comum associar a grande mídia às empresas que dominam a mercado da comunicação desde o século passado. Contudo o mercado atual não passa de uma reprodução do monopólio de comunicação que permaneceu vigente por séculos, e, que ainda exerce domínio sobre milhares de pessoas no século XXI: ontem os poderes reunidos sob o nome de Igreja Católica, hoje sob o nome de conglomerados midiáticos.

O argumento de defesa de que a Igreja era um monopólio de comunicação já acenados anteriormente assim como os conglomerados atuais se faz válido, pois é impossível analisá-la sem lembrar de várias teorias da comunicação como as duas teorias do jornalismo mais presentes na conjuntura atual da mídia hegemônica. Teorias que expressam nitidamente o modo de produção e os interesses em cada conteúdo produzido: a Teoria Organizacional e Teoria da Ação Política. Há outras teorias que também apresentam aspectos relevantes na comparação entre os monopólios de ontem e de hoje; estas, porém, ajudam numa análise cujo enfoque é no modo de produção da empresa e sua relação com o jornalista na atualidade procurando comparar com a relação entre a Igreja e o Reformador Lutero.

Começemos pela Teoria Organizacional. Ela estuda a influência da organização da empresa sobre o modo de produção do jornalista, ou seja, como a empresa afeta diretamente na escolha de uma pauta em detrimento de outra; na forma de maior ou menor responsabilidade de reflexão sobre a realidade. Um exemplo antigo de teoria organizacional é a Teoria do Espelho. Essa teoria ajuda-nos a perceber que o modo como acontece o processo de seleção do conteúdo a ser veiculado depende da forma como a mídia está organizada.

Nelson Traquina (2004, pp. 152-153) transcreve alguns pontos característicos desta teoria que estão escritos na revista *Forças Sociais*, publicada pelo sociólogo norte-americano, Warren Breed:

- Os constrangimentos organizacionais sobre a atividade do profissional do jornalismo considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo.
- A política editorial da organização se dá através de uma sucessão sutil de recompensa e punição.
- Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita a política editorial.
- Os pontos de vista de direção da empresa jornalística chegam a controlar o trabalho do jornalismo.
- Todos, com exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que aprenderam por “osmose”.

No caso da Igreja dos tempos de Lutero também havia uma política editorial que controlava a seleção de notícias e que preservava os interesses da instituição e que moldava seus subordinados da mesma forma como cita Traquina. Por exemplo, a Igreja possuía um amplo monitoramento dos conteúdos publicados e para serem permitidos precisavam abordar temas que permeavam entre a filosofia e a teologia, que em quaisquer circunstâncias deveriam valorizar o controle e os ideais impostos pelo poder eclesiástico. Além disso, esta teoria idealiza um jornalista que era o mesmo perfil que os clérigos esperavam encontrar, mas na forma de padres ou pensadores que defenderiam os interesses impostos pela Igreja a qualquer preço. Lutero apresenta-se como um opositor a este idealismo mercadológico e ideológico. Ele estava realmente interessado em produzir conteúdo verídico e ético, mesmo que fossem contrários aos regentes da época, e, mesmo que esta indignação lhe custasse a própria vida.

Além destas, Breed, ainda cita seis fatores que influenciam para o conformismo à política editorial da empresa (TRAQUINA, 2004, pp. 153-155):

- Autoridade institucional: o poder e o domínio que a instituição exerce sobre o profissional, na forma de punições, como, por exemplo, deixar um profissional encarregado de realizar uma tarefa que ele considera pouco agradável.

- Sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores: o profissional tem com a empresa ou também pode aparecer como forma de agradecimento e de respeito, que podem gerar até laços de amizade com os profissionais mais experientes da empresa.
- Aspirações da mobilidade: os jornalistas aceitam as normas da empresa para que seja possível a mobilidade dentro dela.
- Ausência de grupos de lealdade em conflito: defesa de que o local de trabalho é pacífico e que o sindicato não interfere neste ambiente.
- Prazer da atividade: O profissional gosta das atividades que exerce; as tarefas são interessantes e existe um ambiente de cooperação. Além disso, o profissional está próximo de decisões importantes sem ter de tomá-las.
- Notícias como valor: “as notícias são um valor máximo; o seu trabalho é um trabalho de 24 horas, as notícias são um desafio constante” (TRAQUINA, 2005, p. 155). Assim, o jornalista investe na realização desse objetivo: obter mais notícias sem contestar a política editorial da empresa.

Todos esses aspectos, segundo Traquina (2004), estão totalmente ligados à conduta, do profissional - muitas vezes inconscientemente - em uma empresa jornalística, em função da política organizacional. Além das características da conduta do profissional, há um quesito ainda mais importante: o financeiro. O jornalismo é também um negócio, e, conseqüentemente, é influenciado pelo fator econômico, que afeta diretamente o modo de fazer e veicular notícias. Todas as características citadas fazem parte do perfil do jornalista que produz para os grandes veículos, mas elas representam uma ameaça para a garantia da liberdade de expressão e até mesmo de impressão. O perigo acontece porque o jornalista inserido em uma empresa que exige tais atitudes do profissional está preocupado com o seu crescimento na empresa e aumento de salário. O ato de se conformar com a realidade imposta permite que o jornalista abandone os conceitos éticos e ideológicos que deveriam existir e mover suas atitudes como fez o reformador Martinho Lutero em seu exercício de comunicação. Afinal, o jornalista é um comunicador social, mas se ele prioriza os interesses financeiros e empresariais mais que os interesses sociais, algo está errado. Ou seja, ele não está desempenhando a sua função social de comunicador. Ramonet (2001, p. 51) afirma que o jornalista desenvolve praticamente um papel secundário. Porque é cada vez mais comum

encontrar editoriais assinados para celebridades e programas apresentados por estrelas, assim o jornalista serve apenas como um apoio para a produção de conteúdo.

Outra teoria do jornalismo que torna compreensível a defesa da organização é a Ação Política. Em nosso caso, a Igreja era uma mídia já na Idade Média. Segundo Nelson Traquina, a Teoria da Ação Política defende a posição de que “as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos e que utilizam as notícias na projeção de mundo, da sociedade etc.” (TRAQUINA, 2004, p. 163). A ação política também está ligada com o modo de produção jornalístico. Como o próprio nome sugere fazem parte da ação política os interesses políticos, econômicos, ideológicos e sociais da mídia em questão. E os temas serão focados nas pautas desde que preservem os interesses e as relações políticas do meio de comunicação. No caso dos conteúdos produzidos durante a época de Lutero, fica visível que as censuras impostas aos precursores da Reforma e ao Reformador só acontecem porque eles não seguem os interesses políticos da mídia religiosa. Pelo contrário, os conteúdos produzidos propunham reformar os interesses eclesiásticos, a fim de romper com a projeção de mundo e de sociedade criada e mantida pelo poder vigente.

Após criar a comparação e perceber as semelhanças que as mídias (Igreja e mídia atual) têm em comum, talvez se possa perguntar: mas as relações de poder como ficam?

Há um século, o conflito entre a imprensa e o poder é uma questão da atualidade, mas toma uma dimensão inédita hoje, porque o poder não é mais identificado só como poder político e porque a imprensa, os meios de comunicação de massas não se encontram mais, automaticamente, em relação a dependência com o poder político; o inverso é quase sempre o caso. Pode-se até mesmo dizer que o poder está menos na ação do que na comunicação. (RAMONET, 2001, p. 39)

A mídia medieval sempre exerceu poder sobre os seus súditos, porém, este poder era uma consequência da importância da instituição religiosa. Assim, quem detinha o poder não eram os conteúdos desenvolvidos pela Igreja e muito menos a sua forma de agir, mas sim, o poder simbólico e político que a Igreja possuía. Com o passar dos séculos e desenvolvimento do aparelhamento da comunicação, a mídia deixa de fazer uso dos poderes e torna-se um novo poder. Ramonet (2001) deixa claro que para a compreensão deste poder é necessário pensar no modelo hierárquico de Montesquieu e conclui:

Na realidade, o primeiro poder é hoje claramente exercido pela economia. O segundo (cuja imbricação com o primeiro se torna muito forte) é certamente midiático - instrumento de influência, de ação e de decisão incontestável - de modo que o poder político só vem em terceiro lugar. (RAMONET, 2001, p. 40)

É até irônico identificar em uma hierarquia de poder que a mídia venha antes que a política. Apesar disso, se faz importante perceber como a tecnologia foi importante para alcançar tal desempenho, visto que sempre esteve presente no processo comunicacional. E é muito relativo afirmar o poder de uma descoberta tecnológica, pois ela está diretamente ligada com o contexto em que surge. Por exemplo, não se pode afirmar que a internet é mais importante que a descoberta da prensa de tipos móveis. Cada uma foi importante para a sua época, e as tecnologias mais antigas deram subsídio para que outras tecnologias fossem desenvolvidas e que pudessem ser utilizadas na contemporaneidade. Como a invenção do papel, das canetas tinteiro, que eram tecnologias importantes antes da invenção de Gutenberg, fundamental para a época da Reforma.

[...] A impressão com tipos móveis realizada por empreendedores independentes parece uma combinação explosiva, embora uma porção substancial da atividade estivesse ligada a atividades econômicas não relacionadas com o surgimento da mídia. O fracasso dos governos europeus em controlar totalmente o que se imprimia levou a outros desenvolvimentos sem termos de comunicação, começando com o transporte e, em pouco tempo, chegando à industrialização movida a vapor, no que foi considerado como uma verdadeira revolução. (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 110)

Conforme Briggs e Burke (2004, p. 128 ss.) é possível entender que o desenvolvimento na comunicação foi uma consequência da evolução de vários outros aspectos. Ao pensar no contexto das tecnologias disponíveis na época da Reforma, é preciso considerar que não havia luz elétrica e automóveis. A iluminação era obtida pela luz solar ou por velas em castiçais. A locomoção era realizada por charretes, a cavalo ou a pé. Também já existiam navios, pois é aproximadamente nesta época que Portugal pela sua posição geográfica inicia a busca pelo descobrimento de novos territórios, sendo um deles o Brasil - descoberto em 1500, por Pedro Álvares Cabral. A não existência de energia elétrica tornava as tecnologias dependentes do trabalho manual, o que mudaria com a revolução da máquina a vapor que substituiria algumas habilidades humanas por peças mecânicas.

Para facilitar a locomoção foram criadas as ferrovias. Os navios já existentes trouxeram os imigrantes para colonizar vários países. Uma outra invenção modificou o que era levado pelos navios e ferrovias: o correio. Com a invenção, além de transportar mercadorias e pessoas, os meios de transportes também transportavam cartas, que representavam uma importante forma de comunicação no século XIX. Os telégrafos, criados também no século XIX, representaram um grande avanço tecnológico dependente da energia elétrica. O telefone criado por Alexander Graham Bell, em 1876, possibilitou enviar

mensagens acústicas para longas distâncias. Também foi desenvolvida a radiotelegrafia entre o fim do século XIX e início do século XX, que possibilitava difundir informações para vários receptores ao mesmo tempo. O rádio, em 1920, já havia sido considerado uma invenção importantíssima, porém, quando é ampliado para a televisão, chegando ao Brasil em 1950 e para o cinema, além de emitir sons também se torna possível unir o som e a imagem que é semelhante ao cinema. E apenas na década de 1990 é apresentado ao mundo um dispositivo que representa a convergência de todos os dispositivos desenvolvidos: a internet. A mais recente invenção contempla nela mesma a escrita, a radiodifusão e a televisão. Não é objetivo desta pesquisa esmiuçar a história de cada dispositivo, mas sim, compreender que o desenvolvimento de cada um deles acelerou o processo de comunicação e empoderamento da mídia atual.

Também é importante citar, no contexto da globalização, os dois estudiosos Noam Chomsky e Robert McChesney. Chomsky (2006) considera que o capitalismo exercido pelos monopólios ligados com governos exerce controle sobre a economia, a política, a sociedade e a cultura. E apresenta duas escolhas possíveis no contexto apresentado:

Como sempre, é possível escolher-se entre ser-se democrata, no sentido de Jefferson, ou ser-se aristocrata. O segundo caminho oferece ricas recompensas, já que representa a intersecção do bem-estar, do privilégio e do poder com os objetivos naturais de quem os escolhe. O outro é um caminho de luta, de muitas derrotas, mas também de recompensas que não entram na imaginação daqueles que se rendem. (CHOMSKY, 2006, p. 89)

Robert McChesney (apud GONÇALVES, 2015, p. 40ss), pensador também atualíssimo sobre a relação dos conglomerados com a democracia, em sua obra *Rich media, poor democracy* apresenta os principais conglomerados existentes na atualidade. McChesney os chama de As Nove Irmãs da Comunicação, que sustentam um oligopólio e permitem a dominação das consciências através da mídia. Elas controlam a mídia em todos os sentidos. Ele apresenta as oito corporações transnacionais que dominam o mercado dos Estados Unidos: General Electric, AT &T/Liberty Media, Disney, Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom e Seagram, mais a Bertelsmann, sediada na Alemanha. E ao apresentar o problema da dominação midiática oligopolista conclui que esta ação ameaça a democracia internacional. Hoje os conglomerados se encolheram ainda mais, ao que parece reduzido em seis irmãs.

Esses conglomerados de meios de comunicação citados são fundamentais para a configuração da mídia atual e para nosso objetivo de análise em particular. Sobretudo quando os analisamos sob o conceito de *dispositivo* na análise de Giorgio Agamben (2005) porque faz uso deste termo relacionando aos meios de comunicação e poder teológico:

O termo latino *dispositio*, do qual deriva o nosso termo "dispositivo", vem, portanto, para assumir em si toda a complexa esfera semântica da *oikonomia* teológica. Os "dispositivos", dos quais fala Foucault, estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de algum modo reconduzidos a fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e praxis, a natureza ou a essência e o modo em que ele administra e governa o mundo das criaturas. (AGAMBEN, 2005, p.12)

Agamben (2005) explica que esses dispositivos podem ser palpáveis ou subjetivos, mas ambos exercem influência sobre o modo de agir daqueles que estão subordinados por estes dispositivos porque eles exercem poder sobre os indivíduos. Os meios que fazem parte do processo evolutivo da comunicação também exercem poder sobre os seus usuários. No caso de nomear a imprensa como quarto poder, o dispositivo de poder que exerce é utilizado como um instrumento tanto pelo jornalista quanto pelos grandes veículos. E pode ser utilizado para exercer dignamente a função comunicativa ou para auxiliar na defesa dos interesses regidos pelos interesses dos poderosos de plantão. Assim como a prensa de tipos móveis foi um dispositivo importante para tornar a Reforma em algo possível, os outros meios posteriores e a internet são as responsáveis pela difusão das informações da mídia atual.

Esse debate sobre a mídia como uma forma de poder já existe há muitos anos. Em 1999, na primeira edição de *A Tirania da Comunicação*, escrita por Ignacio Ramonet, o jornalista e escritor lembra que há um século já existia conflito entre imprensa e poder. Apesar de discussão antiga, salienta que nas últimas décadas do fim do século XX o assunto recebeu uma nova perspectiva. O poder citado era baseado apenas no poder político, porque foi ampliado e agora abrange o poder econômico e financeiro. Além da nova perspectiva de poder, também é necessário compreender que não é mais possível dissociar as plataformas, pois, a convergência da mídia torna cada vez mais conectados, formando uma cadeia de informação. Com estas metamorfoses está se alcançando “um poder horizontal, reticular e consensual - um consenso obtido, precisamente, por meio de manipulações midiáticas”, explica Ramonet (2001, p. 39). A teoria é perceptível em todas as esferas, e, ainda mais evidente, na questão da manipulação midiática para alcançar o objetivo, por meio da espetacularização, imposição financeira e ideologias desenvolvidas a partir das teorias da comunicação e do jornalismo, que unem diversas vertentes do conhecimento, principalmente, das áreas da sociologia e da psicologia para alcançar seus objetivos.

O objetivo do primeiro capítulo desta monografia foi este de contextualizar o objeto de estudo. Desta forma, durante seu desenvolvimento foram aprofundados aspectos sobre as condições tecnológicas revolucionárias de comunicação de massa, na época do Renascimento dos tempos de Martinho Lutero. Também foram apresentados aspectos da biografia de Martinho Lutero para possibilitar a compreensão dos porquês ele se tornou o Reformador da Igreja Católica e não outra pessoa. Também foi analisada a importância de sua formação multidisciplinar que sustentou sua indignação ética nos aspectos exegéticos e linguísticos da Bíblia, que estão diretamente ligados com o seu gesto de tradução para o vernáculo alemão.

Também foi apresentado o desenvolvimento dos veículos até os dias atuais e um termo comparativo para compreender a força dos monopólios diante do poder de comunicação: da igreja ontem e do mercado hegemônico hoje. Como proposto no projeto, os outros dois capítulos detalham o seu ato de indignação ética por meio das 95 teses, sua autoria de Reformador (como tradutor da bíblia para o vernáculo e como escritor na produção de livros e panfletos) e o seu *case* sob o ponto de vista ético, para que assim seja possível responder à pergunta problema desta monografia: Como garantir a reivindicação ética à luz de Lutero para a garantia da liberdade de expressão e de impressão diante desses monopólios e seus conglomerados?

O primeiro capítulo possui esta estrutura, porque é por meio de sua leitura integral que é possível compreender a escolha do *case* do Reformador ao invés de outro, entender quais foram as suas contribuições para a história da comunicação, entender como se dá a sua liberdade de expressão dentro do contexto no qual estava inserido. E somente após estes aspectos será possível aprofundar nos temas ligados à liberdade diante dos monopólios e da ética, que são exemplares no caso do Reformador.

As atitudes comunicacionais de Lutero estão diretamente ligadas à incidência da comunicação como parte essencial para o ser humano em sua individualidade e também para o coletivo. Isso torna a comunicação uma necessidade humana e que, reprimida, gera efeitos nocivos à essência do ser e à cultura na qual está inserida; esta, muitas vezes, pode ser observada como um reflexo do dano causado pelos conglomerados midiáticos. Como filólogo, lingüista, comunicador e, principalmente, humano, Lutero mostra-se determinado no uso da comunicação e, por ela, impulsiona a Revolução iniciada como Reformador em 1517. Confirma, assim, a comunicação como necessidade que está diretamente ligada ao ser humano, século após século, que se aprofunda no capítulo a seguir.

3 A NECESSIDADE HUMANA DE COMUNICAR E OS PODEROSOS DE PLANTÃO

As referências que sustentam o segundo capítulo estão situadas nas vertentes sociológicas e históricas da comunicação e da Igreja. O próprio título apresenta a comunicação humana como uma necessidade, ideia que será desenvolvida pormenores ao longo deste capítulo. Contudo, o foco será na necessidade de comunicar (no sentido oral e escrito) com liberdade perante os poderosos monopólios midiáticos existentes desde os primórdios da comunicação.

Será desenvolvida a temática sobre o que exatamente foram as 95 teses, sobre o que tratava, o que tinham como objetiva e ainda busca-se responder as duas principais perguntas da ciência da ética: Para quem foram escritas e para o quê foram escritas. Como já foi apresentado, o ato de pregar as 95 teses em uma das dezenas de portas que existiam no campus universitário de Wittenberg foi o evento que marcou o início da Reforma Protestante na Europa e que representava a ruptura com a Igreja Romana.

A dedicação de Lutero à leitura e à hermenêutica literal da bíblia permitiu que utilizasse argumentos fortes para contentar o poder vigente da época; ele objetivava, porém, reformar algumas atitudes praticadas pela Igreja que eram equivocadas. Seu objetivo não era fazer ruptura com a Igreja e, muito menos, criar outra igreja, apenas tornar possível o diálogo para que se chegasse à conclusão de que a Igreja não poderia utilizar o nome de Deus para extorquir financeiramente e enganar pessoas pouquíssimo esclarecidas sobre o fato grave de vender artigos religiosos e títulos que as levaria ao inferno. Esses não representavam nada mais que o modo de custear a construção da Basílica de São Pedro, que seria construída em Roma, para abrigar os restos mortais dos apóstolos Pedro e Paulo citados na Bíblia Sagrada.

Lutero, mesmo após a publicação do conteúdo produzido, teve a oportunidade de revogar os seus escritos. A censura da época não admitia que aqueles escritos fossem difundidos e desenvolvidos, mas a atitude que teve perante a autoridade da Igreja, foi contrária ao esperado por todos de sua ordem agostiniana. Lutero tinha duas certezas: Se ele revogasse, as pessoas continuariam na ignorância eterna, comprando indulgências e sem ter acesso às novas concepções ideológicas. E se não revogasse poderia ser morto ou teria uma condenação mais branda ou sendo excomungado da Igreja Católica Apostólica Romana. Apesar disso, ainda restava a esperança da existência entre a dialética que poderia resultar no conserto dos equívocos e liberdade para novas ideologias, baseadas na liberdade e na veracidade. Mesmo com essas certezas e anseios, o resultado da divulgação das teses de

Lutero, em 1517, teve uma repercussão bem maior do que ele e o próprio Papa poderiam esperar.

3.1 COMUNICAÇÃO: UMA NECESSIDADE VITAL DO SER HUMANO

Desde o início do desenvolvimento da sociologia foi concluído que o ser humano precisa viver em sociedade, pois não consegue adaptar-se à exclusão total de outros da sua espécie, pela sobrevivência, proteção, procriação e comunicação. Talvez o último quesito muitas vezes passe despercebido, porém, faz-se tão necessário que Charles Darwin³ desenvolve suas teorias, no século XIX, e conclui que até mesmo no caso dos animais, a comunicação é um fator importante para garantir a sobrevivência biológica.

No caso dos humanos, a necessidade de comunicar também é vital e apresenta-se relacionada com a cultura. O sociólogo Pedro Santos (2013, pp. 151-154) salienta que os animais também fazem uso dos recursos disponibilizados pela comunicação (como os movimentos, sons e feromônio), mas defende que “(...) foi entre os seres humanos que a comunicação ganhou novas dimensões, principalmente com a criação de meios artificiais, mecânicos e eletrônicos de veiculação das mensagens”. Reflete ainda que “a comunicação é vital para o desenvolvimento da cultura e para a sobrevivência da espécie humana.” Além disso, também apresenta a importância da linguagem:

A linguagem é um dos elementos essenciais no processo de comunicação e um dos principais meios de interação social. Através dela o ser humano atribui significados aos sons que emite, aos símbolos que produz e às ações que pratica; isso é possível porque ele é dotado de inteligência. Graças à linguagem podemos manifestar nossas ideias, emoções e sentimentos, bem como tentar perpetuar nossas tradições, experiências e descobertas, através da socialização das novas gerações. Pelos meios de comunicação, os fatos, as ideias, os sentimentos, as atitudes, as opiniões são compartilhadas por um conjunto enorme de indivíduos e atingem um grande número de países. (OLIVEIRA, 2002 apud SANTOS, 2013, p.152)

A ideia apresentada por Oliveira (apud Santos, 2013) mostra a importância da linguagem para o processo de comunicação. O termo é definido e caracterizado como um instrumento que possibilita a manifestação de ideias e outros sentimentos, que podem ser emitidos para receptores da mesma época e/ou para futuras gerações. O pensamento

³Santos (2013) p. 152

apresentado é fundamental para perceber como a indignação ética de Lutero está ligada à comunicação, e, conseqüentemente, com a linguagem.

Até o momento já se observam aspectos da indignação ética do Reformador, mas ainda existe a necessidade de compreender a totalidade deste evento que une ética, linguagem e censura. Para compreender a indignação que culminou na produção das 95 teses é preciso considerar a formação do Reformador. Lutero era mestre das artes, formação que possibilitava certa liberdade para a compreensão de assuntos que envolvessem o segmento. Também possuía formação teológica, que resultava na prática dos dogmas religiosos impostos e na devoção total a Deus e à instituição que o representava na terra: a Igreja Católica. Além destas, também se dedicou à filosofia, principalmente à ética de Aristóteles. Nas entrelinhas das suas formações que fundamentaram suas ideias também está a lingüística unida à necessidade vital do ser humano de comunicar.

Cairns (2003, p. 259) afirma que em 1507 Lutero foi ordenado sacerdote e realizou normalmente sua primeira missa. No ano seguinte, 1508, ele ensina teologia por um semestre na jovem Universidade de Wittenberg criada em 1502 por Frederico, o Eleitor da Saxônia. Lutero tinha muitas angústias e questionamentos sobre a sua religiosidade, o que só foi amenizado quando ele seguiu os conselhos de seu superior Johann Von Staupitz e passou a dedicar-se ao estudo da bíblia. Entre 1510 e 1511, como mencionado acima, Lutero viaja a Roma a negócios pois seus superiores acreditavam que as suas noções de direito seriam importantes para resolver algumas questões na capital da Igreja. Durante a viagem, as ideias que ele tinha sobre Roma como um local exemplar e santo são substituídas por uma realidade corrupta e tomada pela luxúria. Lutero também conheceu igrejas e relíquias que eram meios de captar dinheiro dos fiéis e pouco comprometidas com os juramentos de ordenação dos padres.

Na volta de Roma, é transferido para Wittenberg, onde assume a posição de professor teologia. Por este motivo, passa a estudar bíblia nas línguas originais e a ensiná-la em vernáculo alemão. O conhecimento aprofundado que resultou desse estudo fez com que o Reformador valorizasse mais as escrituras sagradas do que a autoridade papal. É nesse estudo da bíblia que encontra resposta para a corrupção da igreja romana. Descobriu muitas as respostas para suas dúvidas atroz até concluir que o Papa não poderia conceder perdão a ninguém por qualquer que fosse o valor monetário, pois este não tem preço e seria concedido gratuitamente por Deus. As conclusões a que chegou, também de certa forma já faziam parte da sua teologia e do seu modo de ensinar Lutero devido à influência de diversos pensadores, sendo o principal Santo Agostinho, inspirador de sua ordem monástica.

É nesse ponto sobre o comércio do sagrado que a situação se agudiza. Em 1517, Johann Tetzel, um agente do Arcebispo Alberto de Mainz⁴, inicia a venda de indulgências em uma cidade próxima da Universidade onde Lutero lecionava. As indulgências eram vendidas na forma de visitas a lugares santos, venda de cartas que asseguram que a autoridade Papal concedia perdão das almas e vendas de artigos religiosos como pedaços da cruz de Cristo, pedaços de ossos dos apóstolos entre outros. Segundo Tetzel, aos que as compravam seriam concedidas a libertação das suas almas e a de seus familiares. O dinheiro arrecadado possuía duas finalidades: Pagamento de um empréstimo para banqueiros e a outra metade seria para subsidiar a construção da Basílica de São Pedro, em Roma. O Papa da época, Leão X, defendia a ideia da construção da Basílica para que os ossos dos Apóstolos fossem devidamente guardados.

Como já foi apresentado anteriormente, o grau de escolaridade da população era baixíssimo e os sermões eram realizados em latim. Como um enviado do Vaticano, Tetzel sabia desta realidade. Para evitar problemas de comunicação com os fiéis, ele falava a língua vernácula, fazia uso de pinturas e fogo, que representavam o inferno. Desta forma, amedrontava as pessoas e, após o espetáculo manipulador, fazia a oferta em nome do Papa com o valor já estipulado. A presença de Tetzel era um sucesso por onde passava e as pessoas ingenuamente compravam o perdão do Papa, sem a mínima possibilidade de questionamento sobre sua integridade.

Como é possível perceber, o propagandista, apresentava ao povo uma ideia totalmente oposta às ideias de Lutero e de seus seguidores. Para tentar conter o sucesso da venda das indulgências na região de Wittenberg e cidades do entorno, Lutero une à sua indignação a realidade corrupta com a qual se scandalizou em Roma, a revolta contra a comercialização de cartas que vendiam o perdão concedido pelo Papa e o discernimento resultante de suas descobertas bíblicas. Foi tomado por uma necessidade urgente e vital de comunicar que aquela realidade era falsa e que o principal líder da Igreja não poderia submete-se a isso apenas por dinheiro, afinal seria anti-ético, inaceitável para alguém que deveria assumir uma postura exemplar.

Por este motivo, e movido pelo desejo de comunicar ele escreve 95 teses, fundamentado em suas ideias e nas conclusões adquiridas na tradução e hermenêutica bíblica.

⁴ Cf. GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 10. Alberto Mainz era um representante do sacro Império Romano, do qual a Alemanha fazia parte. Alberto também promoveu a comercialização de indulgências, por meio de Tetzel, em diversas regiões da Alemanha.

As teses apresentavam questionamentos sobre a autoridade papal e sobre as indulgências. Alguns exemplos para nosso propósito podem ser as teses:

21 Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.

36 Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão pela de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência.

51 Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto - como é seu dever - a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem ardilosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de S. Pedro.

82 Por exemplo: por que o papa não evacua o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas - o que seria a mais justa de todas as causas -, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basílica - que é uma causa tão insignificante?

86 Do mesmo modo: por que o papa, cuja fortuna hoje é maior do que a dos mais ricos Crassos, não constrói com seu próprio dinheiro ao menos esta basílica de São Pedro, ao invés de fazê-lo com o dinheiro dos pobres fiéis? (LUTHER, 2015)

As 95 teses estão disponíveis nos anexos, porém as teses 21, 36, 51, 82 e 86 foram escolhidas pela essência do conteúdo. Resumidamente, elas apresentam a indignação de Lutero, afirmam que as indulgências não têm valor e questionam o poder do Papa. As duas últimas teses do exemplo citam como centro das preocupações o interesse pelo dinheiro dos fiéis por parte da Igreja ao invés de se importar em transmitir a verdade às pessoas. Vale ressaltar, que Lutero era ligado à Igreja e estava questionando a autoridade do homem mais poderoso do mundo, em uma época em que, este homem, era um exemplo de formação de ideologia, de poder, que decidia quem pertenceria ou não à Igreja e quem viveria ou morreria.

As 95 teses são escritas por Lutero e pregadas na porta do Castelo de Wittenberg, que fazia parte do campus universitário onde o Reformador lecionava. As teses foram escritas com o objetivo de promover o debate na universidade, pois a prática de pregar textos neste mural era comum, pelo fato de ser um ponto ótico, ou seja, as pessoas que circulavam no local teriam acesso ao conteúdo. Como o objetivo, primeiramente, era desenvolver o debate acadêmico, as teses pregadas em 31 de outubro de 1517, foram escritas em latim. Seus seguidores, porém, lendo e considerando a importância do conteúdo produzido por Lutero, traduziam o conteúdo das teses de Lutero e, com o auxílio da prensa de Gutenberg, produziram exemplares entregando-os a quem tivesse interesse. Pouco tempo depois, os produtos de Tetzel passam a perder seus clientes. A razão foi um professor de Wittenberg que estava desenvolvendo heresias, conforme denunciava Tetzel, difundindo-as para seus

alunos e seus fiéis. Apesar da incoerência com as escrituras e abusos de poder, o monge agostiniano admirava e amava a Igreja, por isso não queria causar impactos negativos e rupturas. Com as teses, Lutero não tinha o objetivo de criar outra igreja.

Vale ressaltar que ele queria apenas que fosse realizada uma Reforma para consertar os erros cometidos contra as escrituras. É válida uma digressão aqui sobre o uso da expressão “verdade” no momento que vivemos hoje em paralelo à situação do Reformador. De fato, durante os anos da faculdade de comunicação da autora desta monografia, vários professores afirmaram a não existência de uma verdade absoluta. Não é o caso daquele contexto em que a Igreja defendia um posicionamento inquestionável das ideologias defendidas e adotadas pelo Papa. Já Lutero assumia a liberdade de questionar a partir da ciência da ética aprendida com Aristóteles sobre a qual ele fora professor bem como da filosofia teológica racionalizada de São Tomás de Aquino que ao final da Idade Média sofrera por assumir postura semelhante. Tal problema relativo à liberdade de expressão no coletivo, reprimido e silenciado pela autoridade de turno, continua hoje.

Sobre essa necessidade de comunicar, Paulo Freire deixou um legado pedagógico-didático cujo conteúdo permite aprofundar esse ponto de vista da ética que promove o desenvolvimento da insurreição com foco na libertação e na autonomia. Ernesto Jacob Keim, catarinense doutor em filosofia da educação, aprofunda esse viés da insurreição unindo a ontologia e a epistemologia; desta forma desenvolve a reflexão sobre o aspecto inovador e gerador de possíveis mudanças, que ampliem a organização coletiva em vista da libertação e da autonomia. Keim (2011) explica a utilidade de unir as duas ciências:

A ontologia⁵, nesse aspecto, se mostra como agente formador da pessoa como ser conhecedor e a epistemologia⁶ se mostra como agente formador da pessoa como quem tem conhecimento. Ser conhecedor e ter conhecimento são duas formas carregadas de poder, as quais não se substituem, mas se complementam. (KEIM, 2011, p.15)

Os dois termos técnicos utilizados convergem para a construção do conhecimento. O conhecimento será restringido à comunicação. Por exemplo, à construção do conhecimento e do processo informativo, fruto da necessidade humana de comunicar, inicia em um emissor (que contém a informação/o conhecimento), a informação é transmitida por um meio e chega ao receptor. A necessidade exacerbada em retratar a realidade e informar sobre tudo o que

⁵ Cf. Dicionário Aurélio: Parte da filosofia que trata da natureza do ser.

⁶ Cf. Dicionário Aurélio: Estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas.

está acontecendo o tempo inteiro, muitas vezes faz com que o jornalismo assuma o papel de agente formador de opinião, posição que exige discernimento por ser uma forma de poder como já foi apresentado, mas ambos possuem valor e importância iguais, pois são codependentes.

Keim (2011) trata a educação como insurreição, ou seja, como uma forma de libertação. Contudo a apresentação do contexto de inserção social é que influencia nesta possibilidade da emancipação humana para a liberdade:

O ser humano, na sua interação com base numa perspectiva da ontologia social, tem na sua ontologia proposta por Keim/Coutinho uma caracterização da complexidade do que vem a ser essa dimensão, na medida em que se apresenta como ser biológico, que congrega o orgânico e o inorgânico [...] como ser social, que mede suas relações constituindo família, profissão, economia, política e religião; como ser com dimensão psicológica, porque possui pensamento estruturado e organizado, discernimento, inteligência, emotividade, sociabilidade, afetividade e vontade; como ser transcendente e histórico, ao apresentar capacidade de organização que faz assumir compromissos morais e éticos, ter capacidade de superar e se impor aos demais viventes e ter noção de tempo e espaço com os quais estabelece valores que julga, cria e critica. (KEIM, 2011, p. 77)

O autor apresenta em todo o livro o humano e suas características específicas; para isso apresenta formas de interação social imprescindíveis para o seu processo de construção humano. Contudo, será mesmo válido generalizar que o ser humano possui “pensamento estruturado e organizado, discernimento, inteligência, emotividade, sociabilidade, afetividade e vontade; como ser transcendente e histórico, ao apresentar capacidade de organização que faz assumir compromissos morais e éticos...”? E mais diretamente, será que estas capacidades fazem parte do humano de cada comunicador? Ao tomar como base o *case* do Reformador é nítida a posição por ele assumida, que está diretamente relacionada com o pensamento estruturado, de impor compromissos morais e éticos. Não há como responder a esta pergunta. Na realidade, ela está aqui, pois representa características de suma importância para a comunicação humana. Ela assume uma posição de alerta e reflexão, pois se como ser humano elas não interferem no processo vital de comunicação aos jornalistas, também não se faz presente. E, se não estiver presente no processo de construção jornalístico, impede a garantia da reivindicação da liberdade de expressão e de impressão, que é a principal pergunta desta monografia.

A próxima seção tratará sobre o conteúdo informativo que desenvolve a formação de opinião. A partir de Lutero será apresentado como as suas descobertas contribuíram para a

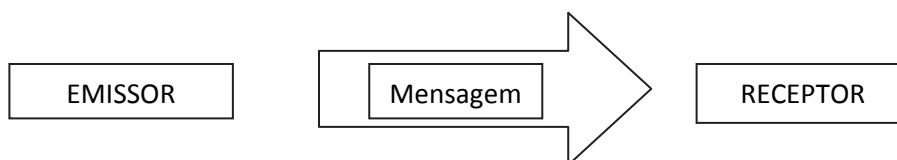
formação de opinião de uma consciência coletiva e compreender como isso ocorre no jornalismo do século XXI.

3.2 CONTEÚDO INFORMATIVO COMO FORMAÇÃO DE OPINIÃO

O poder midiático está diretamente ligado com a formação de opinião. Contudo, como explica Thompson (1998), o poder exercido é distinto do poder econômico praticado por instituições econômicas, políticas e coercitivas (pela força física e armada). O poder em questão aqui é o simbólico:

[...] Estas incluem instituições religiosas, que se dedicam essencialmente à produção e difusão de formas simbólicas associadas à salvação, aos valores espirituais e crenças transcendentais; instituições educacionais, que se ocupam com a transmissão de conteúdos simbólicos adquiridos (o conhecimento) e com o treinamento de habilidades e competências; e instituições da mídia, que se orientam para a produção em larga escala e a difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo. Estas e outras instituições culturais forneceram importantes bases para a acumulação dos meios de informação e comunicação, como também os recursos materiais e financeiros, e forjaram os meios com os quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e distribuídos pelo mundo social. (THOMPSON, 1998, pp. 24-25)

A contribuição de Thompson (1998) se faz necessária para compreender o que é e como atua o poder simbólico e midiático da comunicação. Aqui também mais uma vez se comprova a veracidade da teoria de instituições religiosas como detentoras de poder. A comunicação passou por diversas transformações ao longo dos séculos, porém, o seu principal objetivo permaneceu o mesmo:



A maneira convencionada foi utilizada por Lutero, por exemplo. Ele era o emissor que desejava difundir uma ideia. Por meio da escrita e da imprensa, torna possível que sua ideia seja difundida a outro receptor. Contudo o jornalismo passa por algumas transformações na maneira de produzir conteúdo. Segundo Traquina, (2005, p.125) um aspecto que modificou o jornalismo radicalmente foi passar desse formato clássico da informação de majoritariamente fornecer opiniões ao receptor, para o formato de apresentar o fato na ótica do que ele denomina

teoria do espelho, ou seja, uma forma interativa, envolvendo o receptor como emissor em vista de uma informação mais fiel como um espelho da realidade.

Outro fator relevante é a independência e autonomia do jornalista, pois ambos garantem o valor essencial do jornalismo e que o diferencia do “Jornalista do *Facebook*” (que faz uso da sua rede social para divulgar alguma notícia ou opinião sobre determinado assunto): a credibilidade. Esse aspecto faz com que por mais que uma notícia seja *inacreditável*, se for publicada no jornal impresso, em portais de notícias autênticas ou transmitidas pela televisão ou rádio, sejam aceitas pelo receptor, por ter sido emitida por um meio verdadeiro. E esta precisa ser produzida com objetividade para garantir que o receptor compreenderá a mensagem, sem ruídos e entropias.

Correlacionado a estes aspectos, McLuhan (1964, pp. 230-245) apresenta aspectos essenciais para compreender como o conteúdo informativo publicado e transmitido pelos meios de comunicação de massa transformam-se em formadores de opinião. A obra produzida antes da disseminação da internet mostra as ideias visionárias do autor:

Na medida em que se aumenta a velocidade da informação, a tendência política é a de afastar-se da representação e delegação de poderes em direção ao envolvimento imediato de toda a comunidade nos atos centrais da decisão. Velocidades mais lentas tornam imperativas a repressão e a delegação. Associados a essa delegação vêm os pontos de vista dos diferentes setores da opinião pública, que devem manifestar-se para serem levados à consideração do resto da comunidade. Quando se introduz a velocidade elétrica nessa organização somente pode sobreviver em função de uma série de subterfúgios e artifícios, que provocam a indignação de muitos observadores que consideram esses recursos como traições soezes aos objetivos e propósitos originais das formas estabelecidas. (MCLUHAN, 1964, pp. 230-231)

A partir da ideia apresentada, conclui-se que até mesmo a manipulação do tempo é um fator imprescindível para a comunicação. Este domínio aumenta ainda mais quando a opinião pública (sociedade civil desenvolve uma ideologia que é divulgada pela mídia) faz uso da velocidade proporcionada pela energia. Atualmente, um destes artifícios é a internet, uma plataforma midiática que abrange várias outras plataformas de comunicação de massa e, em poucos minutos, dissemina determinado conteúdo na rede mundial de computadores.

Além de Thompson e McLuhan, pode-se contar também com as teorizações do jornalista Ignace Ramonet para que seja possível provar a veracidade da ideia sobre a formação de opinião a partir do conteúdo informativo. “Transmitir ideias e influenciar as mentalidades são operações que nada têm de simples, de mecânico e que continuam sendo de uma extrema complexidade”. (RAMONET, 2001, p. 25). O autor nos aguça, por meio desta ideia, a refletir como é possível influenciar mentalidades. No momento não há necessidade de

buscar explicações clínicas sobre como ocorre tal processo. O gancho fundamental é compreender que através dos discursos transmitidos pela mídia, pelos conteúdos e informações, o receptor de determinada mensagem é influenciado, mesmo que não perceba, pelo modo como a mensagem é construída, e, a partir disso, forma a “sua opinião sobre o fato transmitido”. Para isso são utilizados recursos comprovados que chamam atenção, como cores, imagens, repetições de palavras, entre outros recursos, que tornam o conteúdo mais interessante. “Outrora – diz - a veracidade de uma notícia representava seu maior valor. Nos dias de hoje, o redator-chefe ou diretor do jornal não perguntam mais se uma informação é verdadeira, mas se ela é interessante. Se for constatado que ela não é interessante, não é publicada. De um ponto de vista ético, é uma mudança considerável.” (RAMONET apud KAPUSCINSKI, 2001, p. 25). O pensamento dos autores representa um alerta, pois são estes veículos que rotulam a comunicação com valores notícias, que dependem das alianças econômicas do veículo com outros grupos poderosos ou na quantidade de exemplares que serão vendidos. Nesse contexto, facilmente abandonam a exigência da veracidade, que garante o maior bem do jornalismo, a credibilidade. E estes conteúdos despreocupados com a verdadeira função do jornalismo na sociedade são consumidos ingenuamente por leigos (que não representam toda a sociedade) que acreditam estar bem-informados após consumirem o “prato feito” dos monopólios de comunicação, que são formadores massivos de opinião.

A realidade desta forma de jornalismo pode, sob certa medida, ser comparada ao *case* do Reformador. Lutero tem o foco da sua indignação ética (que está escondida no caso acima) na verdade. Ele se dispõe ao enfrentamento da mídia da época para reivindicar que fossem difundidas verdades, apenas verdades. As indulgências eram baseadas em teorias sem fundamentos racionais e traziam muito lucro para a instituição. Mesmo sabendo que o lucro adquirido pela venda de indulgências era destinado à instituição da qual fazia parte e que seria beneficiada. Por isso, ele se contrapõe o ato corrupto e luta com a arma da palavra e da escrita para reivindicar a supremacia da verdade.

Ramonet (2001) afirma que a prática excessiva do modo incorreto de fazer jornalismo coloca em xeque a postura de jornalista como a de alguém como “um mestre do pensar” e as consequências são a difícil convivência com a desconfiança e sarcasmos de muitas pessoas que se recusam a compactuar com este modo de consumir informações. E como afirma Ramonet (2001, p. 38), os cidadãos têm o direito de se distanciar desta forma de sedução e espetacularização do fato e, após compreender isso, “eles descobrem que informar-se é cansativo e que este é o preço da democracia.”

Para Ramonet (2001), o cidadão também precisa ter obrigações no processo de formação e escolha de informações, ou seja, ele precisa ser ativo e não passivo, não devendo formar sua opinião a partir de uma única fonte de informação. E afirma que informar-se vai além de ler editorias, ou seja, é necessário compreender como acontecem os processos comunicacionais. Assim, o autor propõe uma nova reflexão: “... Informar é essencialmente fazer assistir a um acontecimento, mostrá-lo, o que nos leva a crer que o melhor modo de informar-se seria auto-informar-se.” Assim a reflexão converge com o modo de ser ativo; auto-informar-se e abandonar a antiga ideologia, que ainda é muito presente: que apenas a grande mídia capta, produz e veicula informações e que o cidadão apenas precisa engolir e produzi-las. Esta postura é avaliada também positivamente por Martín Barbero (1997) quando a denomina de resgate da autoridade ética, ou seja, do *ethos* de receptor- sujeito- mediador - interativo - crítico de comunicação.

A internet possibilita o acesso à abundância e velocidade das informações, estas por sua vez, ao invés de possibilitarem a criticidade para a seleção de informações publicadas por veículos diferentes, com editorias, produzidas por pessoas com bagagens culturais distintas, acaba criando dúvidas e banalidade do consumo de informações, o que exige a reflexão: Será que sabemos usar a internet para garantir a liberdade de acesso à formação ativa de opinião?

O jornalismo passou por tantas mudanças que o seu modo de ser produzido foi alterado:

Em primeiro lugar, a própria ideia de informação. Ainda recentemente, informar era, de alguma forma, fornecer não só a descrição preciosa – e comprovada- de um fato, de um acontecimento, mas também um conjunto de parâmetros contextuais que permitam questões básicas como estas; Quem fez o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? Com que meios? Em que circunstâncias? E quais são as consequências? [...] Hoje em dia, informar é “mostrar a história em curso, a história acontecendo”, ou em outras palavras, fazer o público assistir (se possível, ao vivo) os acontecimentos. (RAMONET, 2001, p.132)

Talvez pareça que isso não seja possível, pois mesmo contando com a mais poderosa rede, os jornalistas não conseguem estar presentes em todos os fatos, no momento em que estão acontecendo. Também, por isso, é preciso considerar o aumento da participação do público na coleta de notícias. É cada vez mais comum, os veículos concederem o crédito de imagens ou informações veiculadas ao cidadão. Alguns programas já criaram quadros a partir de pautas sugeridas pelo público cidadão participativo. E também é possível perceber a posição adotada fora da mídia convencional. Por exemplo, o ato de o cidadão gravar um acontecimento e narrá-lo com qualquer dispositivo que disponha de uma câmera acoplada e, o

mais rápido possível, publicar o conteúdo em sua página de relacionamento ou em outros aplicativos que publiquem textos ou audiovisuais e que sejam acessíveis a um grande número de visualizações.

O *jornalista do Facebook*, como é chamado, de certa forma compete com a grande mídia, pois mesmo que muitos jornalistas e estudiosos da comunicação afirmem que o furo jornalístico não existe mais, ainda é nítida a busca incessante por disponibilizar uma informação primeiro ou com exclusividade. Ter essa garantia é quase impossível, pois o cidadão nem sempre tem a preocupação se a imagem está em alta qualidade para a impressão, se o áudio está perfeito, se as informações são todas verdadeiras e onde irá veicular. Ele apenas produz o conteúdo e publica. O jornalista, porém, além de todas as preocupações técnicas de captação e produção precisa disponibilizar apenas nos horários marcados pela emissora e pelo jornal (que será veiculada apenas no outro dia). Já a internet publica o conteúdo no mesmo instante, mas infelizmente a busca por disponibilizar primeiro faz com que muitas notícias sejam publicadas com informações não apuradas, com erros e versões unilaterais, o que põe em risco o valor e importância da notícia.

3.3 AS CENSURAS IMPOSTAS AO COMUNICADOR DO SÉCULO XVI

Ao longo destes dois capítulos foi apresentada a história de Lutero e algumas das suas descobertas que influenciariam a comunicação e que servem como inspiração para os comunicadores da atualidade, numa época de risco para a veracidade autêntica. Contudo, neste subcapítulo, será desenvolvido um aspecto que já influenciava a comunicação muitos anos antes de Lutero e que ainda permanece vigente: a censura.

A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre a sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas e políticas. Esta “apropriação penal” dos discursos, segundo a expressão de Michel Foucault, justificou por muito tempo a destruição dos livros e a condenação de seus autores, editores ou leitores. As perseguições são como que o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensões concedidas pelos poderes eclesiásticos e pelos príncipes. O espetáculo público do castigo inverte a cena da dedicatória. A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. (CHARTIER, 1999, p. 23)

A citação de Chartier possibilita a construção de uma ideia que faça possível a compreensão da imponência dos poder políticos e religiosos, que para tentar erradicar as ideias desenvolvidas pelos autores destruíam os mesmos e suas obras em praças públicas, como uma forma de destruir definitivamente a pessoa e produtos que ousavam pensar diferente do padrão outorgado.

Até o apogeu da indignação ética de Lutero ao fixar naquele portal da universidade as 95 teses, ele só havia recebido advertências por questionamentos divergentes com as bases da Igreja, feitas para seus alunos e os sermões que fizera de forma contrária à liturgia obrigatória. A diferença é que o controle era realizado apenas pelo Vigário Superior de Lutero, os quais eram amigos. Todavia, no caso das 95 teses a advertência foi diferente. As ideias de Lutero pregadas no campus Universitário, em latim, e logo após traduzida para vernáculo por alguns de seus seguidores influenciaram drasticamente na compra e na venda das Indulgências de Tetzel. Após a identificação do autor das teses, em 30 de maio de 1518, Lutero convicto de que o Papa poderia apoiá-lo, envia explicações sobre o conteúdo que havia produzido. Mas sua atitude não teve grande sucesso. No entanto, apesar das fortes ameaças, Lutero contava com o apoio do príncipe Frederico, o Sábio, fundador da Universidade e senhor do território da Saxônia. Desta maneira, Frederico, que considerava Lutero uma mente brilhante tentou protegê-lo, negando-se a entregá-lo à Igreja. Ao invés de ser julgado em Roma, Frederico conseguiu que ele fosse julgado em Augsburgo, perante um Cardeal. Lutero tenta dialogar sobre suas convicções, mas sem alcançar sucesso. Atitude completamente contrária à que havia sido instruído que seria dizer apenas uma palavra que o salvaria de quaisquer problemas e risco de morte. A palavra era: Revogo. Porque somente com esta atitude, de revogar seus escritos e destruí-los, dar-lhe-ia a chance de permanecer vivo e atuante na Igreja. Percebendo que a situação de Lutero estava fora de controle, Frederico que estava acompanhando seu julgamento, cancela a ordenação agostiniana do Reformador para desta forma não precisar entregá-lo à Igreja; ganhou assim condições de ajudá-lo a fugir do local para não morrer na fogueira dos hereges.

Mesmo fugindo do julgamento, o Reformador permanece sendo monitorado para que sua atitude fosse julgada e sua indignação contida. Em 1520, recebe a bula papal, na qual a maior autoridade da Igreja, o Papa Leão X, o ameaçava de excomunhão. Após o envio da bula, muitos escritos de Lutero foram queimados. A indignação com a forma de ameaça e censura fez com que Reformador queimasse a bula, as leis papais e escritos contrários às suas ideias, tudo em frente ao Portão principal de Wittenberg. O gesto de Lutero complicou ainda

mais a sua situação e em 3 de janeiro de 1521, recebe outra bula do Papa com a sua excomunhão da Igreja Católica.

Após o desligamento da Igreja, foi aberta a convenção que ficou conhecida como Dieta de Worms. No evento seriam discutidas questões políticas e os efeitos do movimento luterano. Lutero foi convocado a participar e cumpriu a ordem. O Reformador, em função das noções jurídicas, sabia a importância que aquele evento possuía e pede um tempo de reflexão.

Durante todos os julgamentos de Lutero, há a tentativa de fazer com que suas ideias pudessem gerar reflexão e mudanças de ideologias em seus juízes. Contudo, em Worms, novamente é questionado se renegaria ou confirmaria seus discursos e sua resposta foi dada a Carlos V, assim como fora dada ao Cardeal. Lutero diz:

Já que vossa Majestade e vossas Excelências desejam uma resposta breve, vou responder-vos sem quaisquer chifres e dentes: Se eu não for convencido por meio do testemunho das Escrituras e por argumentos absolutamente racionais - pois, não acredito no papa e em concílios somente, uma vez que é óbvio que eles erraram mais de uma vez e se contradisseram -, então, em vista das passagens das Sagradas Escrituras que acabei de citar, eu me sinto dominado pela minha consciência e prisioneiro da Palavra de Deus. Por isso mesmo, não posso e não quero renegar nada, pois fazer algo contra a consciência não é seguro, nem saudável. Deus me ajude. Amém. (IECLB, 1997)

O resultado da Dieta tornou a situação de Lutero mais complicada do que ele poderia imaginar. O Imperador Carlos V assinou o Édito da convenção no qual baniu Lutero e seus seguidores por meio do cancelamento da cidadania e proteção do Império. No documento também havia uma ordem expressa para não dar proteção, abrigo ou apoio ao Reformador e nem a seus seguidores, pois quem fizesse isso teria suas terras e propriedades confiscadas. E, ainda previa que suas publicações e documentos ligados à Reforma fossem queimados. A situação de Lutero era tão perigosa que qualquer pessoa poderia matá-lo sem receber qualquer punição pelo crime. Para garantir sua sobrevivência, Frederico ordena que seus soldados seqüestrem o Reformador no caminho da volta para casa, uma viagem longa e insegura, pois duraria, em média, 14 dias. Após um grande susto, por pensar que iria morrer, Lutero foi levado ao Castelo de Wartburg, em Eisenach. Para aumentar a proteção ele deixa os cabelos e a barba crescerem e passou a usar vestes de cavaleiro, para despistar inimigos.

Lutero ficou escondido por dez meses, tempo que rendeu muitos frutos aos seus trabalhos. Entre eles a tradução do Novo Testamento, do grego para o Alemão, entre dezembro de 1521 a fevereiro de 1522. Sete meses após o término foi impresso e distribuído para milhares de pessoas. Lutero só abandona o esconderijo quando Andreas Von Karlstadt e

seus seguidores começam a destruição das imagens das igrejas e imposição de ideias. Como Lutero era um defensor da Liberdade Cristã volta à Wittenberg e, por meio de suas prédicas, condenas as atitudes autoritárias e a ordem retorna.

A partir da rebeldia de Lutero é iniciada a busca pela liberdade política e término da censura. As atitudes do Reformador permitiram que fosse possível desenvolver a emergência do pensamento aquém da religião e da opinião pública. Os impactos da Reforma foram tão importantes que algumas cidades chegaram a consultar a população para saber se a maioria dos habitantes eram luteranos ou católicos. Mas a censura, mesmo assim permaneceu presente:

O envolvimento do povo com a Reforma foi tanto causa quanto consequência da participação da mídia. A invenção da impressão gráfica solapou o que foi descrito com certo exagero, como monopólio de informação da Igreja Medieval, e algumas pessoas tinham consciência disso na época. O protestante inglês John Foxe, por exemplo, pregava que “o papa deve abolir o conhecimento e a impressão gráfica, ou esta, a longo prazo, vai acabar com ele”. (BRIGGS; BURKE, 2002, p. 84)

Para exercer domínio sobre tais conteúdos o *INDEX* dos livros proibidos é criado para proibir a leitura de alguns livros impressos. Briggs; Burke (2002, pp. 58-59), afirmam que “o *INDEX* foi uma invenção que funcionou como um antídoto ao protestantismo e à impressão gráfica.” Era um meio de impedir publicações. Mesmo após a Revolução da Imprensa e da Reforma Protestante em meados de 1500, o Índice fora editado novamente em 1564. Faziam parte dos livros proibidos todos aqueles que eram considerados heréticos, imorais e mágicos. As proibições eram divididas em uma lista de autores e títulos e em primeira e segunda classe. Na primeira classe estavam os autores dos quais todas as obras eram proibidas, já na segunda classe estavam os títulos e autores dos quais apenas algumas publicações eram proibidas. Para garantir a obediência, as gráficas eram inspecionadas e os livros fora da ordem eram confiscados e queimados.

Diferente dos outros indignados com a igreja, Lutero não pode ser silenciado. Mesmo que ele tivesse sido queimado seu legado seria deixado e centenas de exemplares de suas publicações teriam ficado para disseminar a sua verdade. Mesmo com a forte imposição da Igreja ele traduz a bíblia e publica a primeira edição completa em alemão em 1534, a qual passou por 10 reedições até o ano de 1545, pois somente após tantos ajustes compreendeu que sua tradução estava realmente comprometida com as suas ideologias. Mesmo não existindo um dialeto alemão oficial, Lutero desenvolveu a tradução de maneira que atingisse a maior parte das pessoas e influenciou no desenvolvimento de um vernáculo oficial. Seus produtos eram publicados em grandes tiragens e custavam pouco. Mesmo com o forte controle de

impressão, alguns impressores como Lufft e Lotter, eram adeptos das ideologias defendidas e escritas por Lutero, assim os seguidores eram especialistas em impressão de obras protestantes, sendo alguns mascates vendedores específicos das obras de Lutero.

Lutero foi um exemplo de comunicador de massa, a partir de ideias e processos que buscaram o desenvolvimento de um possível diálogo. Ele soube usar as armas da comunicação e revertê-las a seu favor. E em todos permitiu que sua indignação fosse controlada pela razão e por suas convicções. Certamente, sentiu-se abandonado com o desligamento da sua ordem, que mesmo como uma forma de estratégia de proteção, o deixou sozinho. Nos concílios e na Dieta nos quais precisou argumentar sobre suas ideias, para pessoas que não queriam reformas, mas apenas a sua morte e a destruição de suas publicações, também no falso seqüestro. Martin vivenciou momentos de tortura, censura e ameaças, mas em nenhum momento traiu seus ideais e nem permitiu a imposição do silêncio sobre suas ideias.

A analista de discurso Eni P. Orlandi (2002, p. 87) defende que “a censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio. Entretanto, como o silêncio significa em si, à ‘retórica da opressão’ – que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos - responde a ‘retórica da resistência’ fazendo esse silêncio significar de outros modos.” Os pontos chaves citados por Orlandi (2002) são perceptíveis no *case* do Reformador, pois no seu caso houve explicitamente imposição do silêncio, no caso da imposição de destruir suas obras. E também do silenciamento de sentidos e de meios, como na tentativa de silenciamento dos seus sermões e questionamentos tanto de forma oral e verbal impressa.

Infelizmente, após quase 500 anos, a tentativa de silenciamento ainda permanece sendo o objetivo de alguns monopólios de comunicação, que a qualquer custo visam desenvolver um modo de produção de acordo com as ideologias de cada organização. A analista cita quatro peculiaridades desenvolvidas a partir da observação da tentativa da imposição do silêncio:

1. O silêncio não fala, ele significa. É inútil traduzir o silêncio em palavras; é impossível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos.
2. Considero pelo menos duas grandes divisões nas formas de silêncio: a) o silêncio fundador e b) a política do silêncio. O fundador é aquele que torna toda a significação possível, e a política do silêncio dispõe as cisões entre o dizer e o não dizer. A política do silêncio distingue por sua vez duas subdivisões: a) o constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente) e b) local (a censura).
3. O silêncio não é a ausência das palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas,

fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas nas relações de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s).

4. O silêncio e o implícito não coincidem.
(ORLANDI, 2002, p.105)

As condições de Orlandi (2002) tratam sobre uma nova perspectiva. O silêncio exercido como forma de censura não é apenas impedir o uso das palavras, o ato é muito mais amplo, pois constitui um modo de relação de poder entre meio e interlocutor, assim o conteúdo produzido existe, mas é completamente moldado conforme os poderes vigentes e causa diversas rupturas sobre os sentidos, pelo fato de impedir que o autor assuma posições que não estejam pré-estabelecidos e em conformidade com os poderes vigentes. A análise do discurso possibilita uma ampla visão sobre o que é silêncio. Mas para uma reflexão aprofundada é necessário compreender como o humano é vulnerável à mídia:

Uma das características mais marcantes do início deste novo milênio é a centralidade da mídia na vida humana, seja como fonte de entretenimento, de informação ou como instrumento de trabalho. A convergência tecnológica entre telecomunicações, *mass media* e informática, gestada pela ‘era digital’, colocou a mídia como elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural e como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada, para o qual estão sendo canalizados os grandes investimentos dos conglomerados transnacionais. Mesmo que as transformações radicais da nossa época não atinjam toda a população mundial na mesma velocidade nem produzam consequências uniformes nas sociedades do planeta, é sobretudo a centralidade da mídia que faz com que suas implicações possam ser sentidas no cotidiano das pessoas [...] Não surpreende, portanto, que a mídia tenha também se transformado em palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade e, conseqüentemente, em fonte primeira das incertezas com relação ao futuro da democracia. (LIMA, 2001, pp.175 -176)

Assim, a partir da compreensão da influência da mídia percebe-se como os conglomerados manipulam informações que interferem no modo de consumo e de escolha das informações. Esta disputa por poder coloca em perigo a liberdade de expressão que é patrimônio exclusivo da democracia. E caso esta não esteja vigente, o poder exerce domínio sobre os conteúdos e exerce censura. Ramonet (2001, p. 28) afirma que o conceito de censura está ligado ao autoritarismo:

Censura significa supressão interdição, proibição, corte e retenção de informação. A autoridade tem plena certeza de que um atributo forte de seu poder consiste em controlar a expressão e a comunicação de todos aqueles que estão sob sua tutela. é assim que procedem os ditadores, os déspotas ou os juizes da Inquisição.

O pensador define a palavra censura e alguns de seus sinônimos, porém na explicação da palavra utiliza outro termo relevante; a palavra controle. Venício Lima, um dos mais respeitados estudiosos da relação entre mídia e política, em entrevista ao portal Carta Maior, enfatiza a diferença da expressão controle:

A expressão “controle” é fartamente utilizada para outras políticas públicas inscritas na Constituição, como educação, saúde, assistência social, direitos dos idosos. Ela expressa um processo de descentralização da administração pública por meio da criação de conselhos com participação popular. A grande mídia satanizou a expressão e passou a identificá-la como tentativa de censura. (VALENTE, 2012)

Os dois pensadores registram suas ideias com aproximadamente dez anos de diferença, porém, a junção dos termos utilizados no início do milênio exige uma readequação no conceito da palavra como fez Lima. É importante discernir os termos porque a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 5º e Art. 220, garante dezenas de direitos relacionados à liberdade, à igualdade e à vida; e especificamente à livre expressão de pensamento, por exemplo:

Artigo 5º:

IV: É livre a manifestação de pensamento sendo, vedado o anonimato.

IX: é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Artigo 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer forma de restrição, observando o disposto nesta Constituição.

§1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado no art. 5º, IV, V, X, XII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Apesar da definição de controle, ao ter contato com a Constituição e com o *case* de Lutero, é possível perceber que o Reformador sofreu censura. E que a mídia ainda exerce influência sobre seus consumidores criando pseudo-necessidades que afirmam a posição em determinado meio ou classe, e, criando uma forma de seleção de notícias conforme o maior rendimento financeiro. Além disso, os oligopólios da comunicação exercem um domínio tão poderoso que dominam pela imposição. Dessa forma, não é respeitada a liberdade de consumo de informação, pois são impostas versões e opiniões unilaterais, que impedem a pluriversão dos fatos e a formação de opinião. Mais que analisar a forma de agir do poder

disfarçado de censura ou controle é preciso entender que a liberdade de imprensa vai além da democracia: “Nenhuma democracia sobrevive sem imprensa livre e nenhuma ditadura sobrevive com uma imprensa livre” (SOUZA, 2002, p.112). Isso permite perceber como o comunicador tem o poder não legitimado em suas mãos, mas infelizmente a autocensura, por medo do enfrentamento com os oligopólios de comunicação que estão mais interessados em vender que informar, censuram o profissional que perdeu a fórmula essencial de fazer jornalismo indicada por Gabriel García Márquez (2015), na crônica sob o título sugestivo: Jornalismo: A melhor profissão do mundo:

Entretanto, toda a formação deve se sustentar em três vigas mestras: a prioridade das aptidões e das vocações, a certeza de que a investigação não é uma especialidade dentro da profissão, mas que todo jornalismo deve ser investigativo por definição, e a consciência de que a ética não é uma condição ocasional, e sim que deve acompanhar sempre o jornalismo, como o zumbido acompanha o besouro.

Independente das condições de produção, do período e do perfil, este capítulo comprova que a mídia manipula as informações conforme seus interesses. Por esta razão é possível fazer o paralelo entre comunicadores mesmo com quase quinhentos anos de distância. Os séculos passaram, mas o modo de interferir na distribuição de informações permanece o mesmo. Lutero estava inserido em um contexto no qual a liberdade precisava estar adequada ao padrão criado pela Igreja. Hoje o comunicador possui pseudo-liberdade porque esta também precisa ser condizente com o padrão imposto pelos conglomerados que modificam seus interesses de acordo com os interesses econômicos e assim esquecem das vigas de Márquez (1996) e criam uma forma mecânica de desenvolver esse modo de “jornalismo”. Durante o capítulo, foram tratados os temas mais polêmicos da comunicação atual, contudo também foi apresentado que o modo de produção foi transformado e que o receptor precisa estar ciente de sua responsabilidade ativa no consumo de informações.

O *case* do Reformador, mais uma vez se torna atual quando comparado ao ideal de jornalista do século XXI, porque conforme foi apresentado, ele vivenciou formas de poderes instaurados e simbólicos, que tentaram causar o seu silenciamento, todavia a Reforma ocorreu e as suas ideias foram difundidas com o auxílio da imprensa o que comprova que a mídia não o calou.

No próximo e último capítulo, novamente será feito um paralelo entre Lutero e o comunicar da atualidade, porém, com o enfoque na expressão-chave “Indignação ética”, várias vezes mencionada até aqui. Também será desenvolvido o aprofundamento sobre redemocratização que engloba também outro viés de como garantir as liberdades de expressão

e impressão valorizando as autorias, sob o exemplo mais uma vez inspirador de Martinho Lutero.

4 A INDIGNAÇÃO ÉTICA DE LUTERO: UM *CASE* INSPIRADOR PARA AS AUTORIAS ATUAIS

Durante os outros dois capítulos foram apresentados aspectos sobre a vida de Martin Lutero, sua formação e os motivos pelos quais foi escolhido como *case* desta monografia. Além destes assuntos, foi desenvolvida a ideia de mostrar o ontem (na época do Reformador) e o hoje (na atualidade). Todos os assuntos foram abordados pelo fato de serem fundamentais para responder o questionamento que norteia esta monografia: Como garantir a reivindicação ética da liberdade de expressão e de impressão diante desses monopólios? Para o último capítulo, como havia sido programado, a ênfase será na vertente teórica escolhida; a ética.

Ao longo do último capítulo busca-se finalizar e alinhar os conteúdos para tornar possível a compreensão geral do tema que foi proposto e, conseqüentemente, responder aos questionamentos feitos. Mas, também será neste momento que temas trazidos nos outros capítulos serão aprofundados. São eles: a indignação ética; conceito de ética, a autoria de Lutero e a redemocratização midiática. Será mantida a estrutura elementar para realizar as correlações com o *case* de Martinho Lutero, pois o objetivo é desenvolver as análises a partir de sua história e contribuição para a comunicação.

4.1 A INDIGNAÇÃO ÉTICA DE LUTERO PERANTE OS MONOPÓLIOS

A expressão indignação ética foi apresentada rapidamente no primeiro capítulo. Agora o termo é aprofundado a partir do autor que o criou. Contudo, antes de desenvolver o assunto, percebe-se a necessidade em aprofundar o conceito da palavra que fundamenta a expressão, ou seja, a ética. Antes de aprofundar as virtudes e funções da ética, é necessário defini-la: “Ética: Vocábulo proveniente do grego com que se designa tanto a realidade como o saber, relacionados com o comportamento responsável em que entra em jogo a bondade ou a maldade da vida humana. Neste Dicionário tem o mesmo significado que o de Moral”. (VIDAL, s.d., p. 243). É assim que Marciano Vidal explica o significado geral de ética em sua obra Dicionário de ética.

O estudioso de comunicação, Nelson Traquina (2005, p. 126) em seu livro *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são* aborda aspectos que buscam explicar os motivos pelos quais as notícias são estruturadas. Como subsídio, o autor utiliza as teorias do

jornalismo, aspectos históricos e aprofunda a questão ética. Para esta, utiliza um termo ligado com a ética; o *Ethos*. Segundo ele, o termo faz parte da identidade do profissional e representa a maneira como ele age e está no jornalismo, assim une identidade e trabalho jornalístico.

Conforme Vidal (s.d., p. 245), a ética possui diversas funções, porém, duas prevalecem: a função crítica, pela qual “o discurso ético, desmascara e pondera as realizações inautênticas da realidade humana. E a outra é a função utópica em que o discurso ético “projeta e configura o ideal normativo das realizações humanas”. No mesmo dicionário, o autor conclui que a ética é “uma realidade socialmente desprotegida” e, mais uma vez, é possível comprovar por meio da ética o abandono de Lutero pelos poderes religiosos como uma consequência de sua postura ética, após o enfrentamento com a Igreja.

Enquanto as religiões e o direito têm apoio e defesa em instâncias correspondentes à sua realidade (organizações eclesiais, organizações jurídicas), a Ética, como tal, vive à intempérie e realiza-se à margem de instituições e de estruturas de poder. Esta falta de proteção social e institucional origina na Ética uma grande «debilidade». Mas é precisamente nesta debilidade que, paradoxalmente, radica a sua grande “força”. (VIDAL, s.d., p. 245)

As duas funções principais da ética e todas as outras são testadas no espaço que as escolas do Dicionário de Moral chamam de “trama social”. É aí neste espaço que acontecem o embate entre a justiça ou a injustiça. Assim a justiça passa a ser o foco da responsabilidade ética. Em decorrência de seu trabalho neste espaço sócio-político, a ética exercita a ação crítico-utópica: pela crítica cobra autenticidades, pela utópica buscando novos fins e significados onde as realizações humanas estejam minimizadas. Esse conceito do utópico não a busca do impossível, mas da construção do justo já iniciado, mas não foi concluído; em permanente construção. Assim a manter acesa as buscas pela utopia global, que caracteriza-se pelo ideal de justiça, do para todos e tudo que é a esperança ética. Permanecer como plantonista da busca do justo nas relações inseridas na “trama social”, significa manter sob o crivo crítico-utópico todos os poderes em exercício e seus aparatos seguros: “as religiões e o direito têm apoio e defesa em instâncias correspondentes à sua realidade (organizações eclesiais, organizações jurídicas)”. (IDEM).

As considerações do autor são importantes, sobretudo pelo acento na desproteção da atitude ética como muito frágil perante opositores. Os rebeldes éticos contra alguma situação injusta precisam enfrentar os poderes econômicos, religiosos e eclesiásticos que no exercício dos poderes deixam de focar o bem comum. O comunicador social, como foi Lutero, é um desses porta-vozes da indignação ética de sua sociedade e de sua época. O “rebelde” tem como objetivo confrontar estes poderosos, buscando a grande virtude ética, ou seja, a justiça;

o que é justo. Como ressaltado acima, a indignação ética gera um possível desamparo externo e, na mesma proporção, uma força interna que sustenta a ousadia; parece não ser mais possível esconder os conflitos existentes, mas sim, torná-los públicos e de conhecimento geral. Sendo assim, não terá o objetivo de favorecer alguns, mas prezar pelo justo, independente das consequências.

Uma consequência desta atitude, como dito, é realmente o abandono. No caso de Lutero, ele foi desligado da igreja; excomungado. Mas recebeu apoio do príncipe da Saxônia e de seguidores ligados à universidade que o defenderam lealmente, entre eles o apoiador de suas ideias e amigo Filipe Melanchton⁷, que chegou a Wittenberg para ensinar grego e tornou-se um aliado do Reformador na produção e conteúdos, e apenas pela coragem destes, sua vida foi preservada.

Um fator relevante também para este contexto é a busca da desconstrução para encontrar novas possibilidades. Segundo Gonçalves (2014, p.106), porém, essa desconstrução contínua, crônica e o abandono das virtudes ligadas ao ser (conhecido como *Dasein*) poderia gerar um adoecimento ontológico. Importa reconhecer que a desconstrução é necessária, mas precisa estar ligada ao processo dialético; essa atitude ajuda a compreender que este processo adequado de desconstrução inspira a construção de novos sentidos. Ao mesmo tempo, exige a sabedoria da conclusão em aberto semelhante a uma espiral que necessita de novas desconstruções daquilo que já foi construído. Assim estabelece uma ideia de libertação que traz na utopia de realização do que é proposto a possibilidade de criação de novos sentidos e perspectivas.

Segundo Antonio Aparecido Alves, doutor em Teologia pela PUC-Rio:

Indignação ética diante de uma situação social contrária ao projeto de Deus e o empenho em transformá-la a partir da fé, vivendo uma ação em meio às realidades sociais e políticas, constituem-se no momento primeiro de uma Escola de Formação Fé e Política, sendo o aprofundamento teórico um ato segundo, para dar consistência a esse protesto e ajudar em sua sistematização, definindo as competências a serem abordadas. (ALVES, 2015).

A indignação de Martinho Lutero acontece exatamente como proposto: ele buscava a justiça, virtude principal da sua ética, e encontrou na indignação (como aprofundamento teórico) a possibilidade de protesto contra as atitudes injustas e antiéticas que eram praticadas.

⁷ Cf. Informa Cairns (2008, p. 261) que Filipe Melanchton era um aliado valioso de Lutero, com argumentação moderada. Chegou a Wittenberg em 1528. Ele conhecia línguas consideradas clássicas e o hebraico.

A indignação pode ser percebida de duas formas: Indignação instintiva - razão ou irracionalidade instintiva - na qual o indignado age por instinto, ou indignação racionalizada, na qual a razão reflete e administra os apelos instintivo-emocionais. O Reformador possui essas características e utiliza também uma terceira alternativa: a da racionalidade controlada pela espiritualidade – pelas razões da fé, razões teológicas.

A indignação por razões éticas situa a pessoa no clima de insegurança e risco de morte e causa a desproteção social, como argumentado acima. Zygmunt Bauman (2006, pp.13-16) discute esse aspecto no livro *Ética pós-moderna*. Diz que é necessário refletir sobre o tema porque achava-se que a razão fosse capaz de sustentar a complexidade utópica e de enfrentar quaisquer obstáculos. Na modernidade temos sonhado com uma paz duradoura em tudo e todos. Hoje, na pós-modernidade, temos nos dado conta que a realidade geral e a realidade humana em particular são constituídas pela conflitividade. Assim, avalia o sociólogo, tudo o que há no universo faz parte de um conflito; o conflito move o universo bem como é o movente das liberdades humanas. Baumann (2006) chama isso de *aporética*, ou seja, uma palavra grega que quer dizer contradição, conflito. A *aporética* é constitutiva do humano e do universo – ambas as realidades estão imersas no contraditório permanente. Portanto, faz parte do viver real, saber conviver com o desamparo ético; viver assim convivendo com o risco medido, com a conflitividade, com o contraditório é saber viver na verdadeira ética. E assim desenvolver nosso jeito de ser autêntico, significa deixar nosso *ethos* administrando o conflito, incluindo o risco de ter que pagar o preço da ética pelo abandono e desproteção.

É por isso que se requer como características importantes no comunicador o cultivo de virtudes próprias à justa relação na trama social como a solidariedade, o pluralismo e diversidade fontal, em uma vontade de implantar o justo, sobretudo, quando no mundo os poderosos querem servir-se dos espaços de autoridade e não servir o outro; até mesmo se dão um superpoder de pensar pelos outros para criando a atual ditadura midiática do pensamento único. A forma de atuação do comunicador precisa ser a busca incessante da utopia factível da redemocratização.

A atitude do Reformador é tão marcante neste contexto que influenciou o filósofo alemão Hegel, que se considerava luterano e buscava tornar a religião dependente da compreensão filosófica. Helmer (2013, p. 47) diz que “Hegel considerava sua própria filosofia especulativa uma tentativa parcial de recuperar a teologia livre da Reforma.”

O jornalista Francisco José Karam, doutor em ética na comunicação, afirma que “a consciência da dimensão ética da atividade jornalística pode redefinir tanto a própria atuação pessoal e técnica cotidiana do profissional quanto sua participação política com as coisas de

sua profissão e de seu mundo”. (KARAM, 1997, p. 58). A contribuição leva a ideia de que a ética possibilita mudanças na forma de atuação profissional do jornalista. Mas o que acontece quando esta virtude da ética está em crise?

É muito comum ouvir que a mídia é manipuladora, antiética e defensora de grupos de interesses, mas será que tais aspectos refletem uma crise ética? O estudioso cita algumas características importantes que respondem a este questionamento:

De certa forma, ela está refletida nos comportamentos particulares da moral, está nos monopólios e oligopólios expressos pela propriedade dos meios. Está, ao mesmo tempo, no desleixo, preguiça e incompetência na apuração precisa dos fatos e em sua formulação no texto. Encontra-se no esmiuçamento da vida privada sob o pretexto de combate político ou interesse público - neste caso, nada mais faz do que reforçar preconceitos e o conservadorismo moral vigente e afirmar, para o futuro, um projeto moralmente conservador e politicamente autoritário, com sinal contrário.

A postura ética exige do autor uma atitude integradora das decisões interiorizadas que garantem a luta pelos valores da justa relação social, diante das tendências internas e externas que insistem no comportamento de exclusão do interesse público, comunitário ao invés de fortalecer laços de fidelidade ao bem de todos e de tudo. E aprofunda:

O problema ético está no simples fascínio pelo poder, fama e prestígio, sem levar em conta a responsabilidade que deve integrar a atividade [...] Está na ausência da pluralidade de fontes, que reflita diversidade de acontecimentos e interpretações [...] Está na quantidade de pautas a serem transformadas em matérias, diariamente, o que compromete a qualidade informativa. Está na sonegação de informações de interesse geral por organismos públicos ou privados, ao tornarem exclusivo para si o que deve estar à disposição de todos. Está, mesmo na ausência de informações. (KARAM, 1997, p. 59)

As citações de Karam trazem a voz de um especialista que traduz exatamente o retrato da mídia e comportamentos atuais. Ao comparar as atitudes comuns no mercado midiático com o *case* desta monografia e com os aspectos fundamentais da ética confirma-se ainda mais a necessidade de compreender detalhes minuciosos da ética para colocá-los em prática e reivindicar virtudes cada vez mais raras com meio jornalístico.

São virtudes tão importantes que Martin Heidegger, filósofo e influente pensador contemporâneo, chega a afirmar “que o primeiro ato filosófico diário que todo homem moderno deveria realizar era ler o jornal. (apud RECTOR; NEIVA, 1997, p. 239). Dessa forma, ao produtor do jornal a expectativa é que seja, no mínimo, um indignado ético.

4.2 A AUTORIA DE UM REFORMADOR

Ao longo dos outros capítulos foi apresentada a história de Martin Lutero paralela a aspectos da história da comunicação. Uma característica diretamente ligada ao comunicador é no aspecto da autoria. A autoria, unida à ética e à liberdade de expressão, foram três pilares que apoiaram a construção de atitudes que convergiram e culminaram na ruptura com Roma. Os três pilares estão ligados de tal maneira que é difícil hierarquizá-los, pois a busca pela liberdade de expressão e o compromisso com a ética resultaram na indignação ética que se tornou palpável por meio da sua autoria na construção das 95 teses, dos artigos e livros por ele publicados.

Contudo é necessário lembrar que a ideia de reformar a Igreja Romana já havia sido proposta séculos antes do surgimento do Reformador. E o fator que permitiu a expansão de suas ideias e foi responsável por tornar seu objetivo em utopia factível está diretamente relacionado com o que permitiu que as transformações fossem iniciadas. A descoberta da prensa de tipos móveis possibilitou que suas interpretações e novas ideias pudessem ser acessíveis a todos que tivessem suas publicações em mãos. É importante constatar que além da criação da prensa e de seus valores éticos, os pré-reformadores e a interdisciplinaridade foram fundamentais para a concretização da Reforma. Também é importante salientar que a utopia precisa ter uma racionalidade factível. O ato que moveu Lutero é o que Hinkelammert (apud GONÇALVES, 2014, p.108) trata como factibilidade ou realizabilidade dos atos utópicos, ou seja, o que é verdadeiro e válido precisa ser passível de concretização.

A confirmação dessa necessidade pode ser melhor compreendida pelo conceito de autoria a partir de Roland Barthes. O autor defende uma nova perspectiva neste conceito, segundo a qual o autor precisa “morrer” para que seu texto possa permitir o nascimento de um novo leitor. Além disso, desconstrói a ideia de originalidade sobre o texto. Barthes (2004, p. 4) afirma que o texto independente de sua disponibilização é muito mais amplo que a união de várias palavras e que contempla a insurreição de apenas um sentido:

Mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saldo dos mil focos da cultura [...] O escritor não pode deixar de imitar um gesto sempre anterior, nunca original; o seu único poder é o de misturar as escritas, de as contrariar umas às outras, de modo a nunca se apoiar numa delas; se quisesse exprimir-se, pelo menos deveria saber que a «coisa» interior que tem a pretensão de «traduzir» não passa de um dicionário totalmente composto, cujas palavras só podem explicar-se através de outras palavras. (BARTHES, 2004, p. 4)

As considerações de Barthes são imprescindíveis para compreender que o gesto autoral de Lutero está diretamente ligado às contribuições de seus antecessores. Ou seja, Lutero foi um autor, a Reforma foi realizada por ele, seus livros são obras genuínas, mas todas as suas produções e também dos autores atuais são resultados do contexto sócio-histórico-cultural de cada autor. Baseando-se em ideias já existentes e factíveis, mas que são redescobertas a partir de algo já criado. No caso de Lutero, tornou a utopia dos pré-reformadores em realidade.

Se tal ideia for analisada apenas em relação ao texto jornalístico é possível perceber que, obviamente as notícias são novas todos os dias, mas na atividade da produção do texto estarão intrínsecas as principais características que constavam nas produções do Reformador: a difusão de informações, a ética e a liberdade (no caso daqueles que buscam estas virtudes), todas conforme o contexto sócio-histórico-cultural no qual está inserido o autor. Assim sendo, o comunicador/autor une diversas escritas e desenvolve outra baseada nas anteriores.

Como já foi apresentado anteriormente, Gassmann-Hendrix (2002, p. 11) afirmam que a teologia de Lutero foi difundida pelos panfletos impressos: “Em apenas seis anos, de 1517 a 1523, Lutero se tornou o escritor religioso mais popular de todos os tempos na Europa”. O início da imprensa, o contexto, as várias linhas de conhecimento, o domínio da linguística (grego, hebraico, latim e alemão) e o modo de falar com eloquência, foram imprescindíveis para torná-lo um autor popular.

Segundo Cairns (2008, pp. 260 - 268) Lutero pregou as 95 teses⁸ em Wittenberg. Elas denunciavam os abusos das indulgências - posteriormente foram traduzidas, impressas em grandes quantidades e distribuídas. O livro *Teologia Germânica*⁹, publicado em alemão. Após a Reforma, escreveu três publicações na forma de panfletos¹⁰: *Apelo à Nobreza Germânica*, que questionava a hierarquia romana; *O Cativo de Babilônia*, que também desafiava Roma e *Liberdade do Homem Cristão*, que atingia a teologia de Roma. No mesmo ano, em que publicou os conteúdos, recebeu a bula *Exsurge Domine*, que culminou em sua excomunhão. Em função disso, teve seus livros queimados. Em 1529, elaborou o Catecismo Menor, que continha modificações em orações e tradições católicas e depois também criou o Catecismo Maior para ministros.

⁸ Publicada por Lutero em 1517.

⁹ Publicada por Lutero em 1516.

¹⁰ Publicados por Lutero em 1520.

O fato de ser considerado um dos maiores escritores religiosos da Alemanha, permitiu que a partir da tradução¹¹ do Antigo Testamento e Novo Testamento, o alemão utilizado por ele para representar o vernáculo, se tornasse a forma padronizada para a língua alemã. Lutero com o apoio de Melanchton publicou dezenas de artigos para Concílios e para disseminar suas posições. Entre eles, escreveu, em 1530, para que os pais enviassem seus filhos à escola para aprenderem a ler e a escrever, pois como professor possuía tal interesse.

Outra característica de Lutero era o gosto pela música. Além de fazer uso da palavra para difundir sua ideias também utilizou a música. A mais conhecida é *Castelo Forte*, criada em vernáculo e com letra focada nas suas ideias principais. A letra desta música retrata parte de suas condições psicológicas como o abandono humano, a morte e confiança em Deus. Conforme Helmer (2013, p.176) o gosto pela música, no caso de Lutero pode estar ligado à sua formação universitária, pois “a universidade medieval prescrevia a música juntamente com aritmética, geometria e astronomia como as quatro partes do *quadrivium*¹² da educação compulsória nas artes liberais (*artes liberales*).

A importância da imprensa para a disseminação destas ideias é comprovada por livros da história da comunicação e também religiosos, como é o caso do autor religioso, Cairns (2008, p. 233): “O advento da imprensa com o tipo móvel, em 1456, na Alemanha com João Gutenberg possibilitou a disseminação rápida da informação no último período da Renascença”. Em nossa realidade atual apesar da disseminação fácil das nossas ideias, é necessário um renascimento midiático, na forma de redemocratização, desafio tão urgente quanto nos tempos de Lutero. Sobretudo no conceito de autoria para um contexto que facilita a quantidade de acesso às informações pela via digital, mas que na mesma velocidade exige uma autoria reflexiva enfrentando grupos de pensadores a serviço de um absurdo monopólio que coloniza consciências por um pensamento único – assunto esse também fortemente denunciado pelo jornalista e escrito Ignace Ramonet, nas obras aqui utilizadas.

¹¹ Cf. Cairns, 2008, p.264. foi traduzida do Hebraico (Antigo Testamento) e Grego (Novo Testamento) que ficou concluída em 1534.

¹² Cf. Helmer (2013, p.176): O *Quadrivium* representava quatro maneiras diferentes de estudar os números, em relação à teoria, ao espaço, ao som e ao movimento.

4.3 UM *CASE* INSPIRADOR PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO MIDIÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE

As ideias de Martinho Lutero começaram a ser difundidas há quase 500. Ele atuou em um contexto de transição da Idade Média para o Renascimento. A escolha do seu *case* se deu aqui porque vivenciou um período histórico marcado por elementos similares à atualidade referentes às tecnologias de invenções. Mas é, sobretudo devido à sua busca pela democratização de uma mídia absolutista e extremista, porta-voz de supremas autoridades no céu e na terra, por meio de seus representantes como o papa e os reis absolutistas. Para garantir uma espécie de democracia, Lutero indignou-se com as corrupções praticadas e buscou a sua liberdade de expressão. Como consequência, foi ameaçado, censurado e excomungado da Instituição eclesiástica. O Reformador fez uso das tecnologias disponíveis na época, sendo a principal delas a prensa de tipos móveis.

A difusão de suas ideias proporcionou a ruptura com a Igreja Romana, tornou-o uma referência histórica e iniciou o desenvolvimento do pensamento racional. Talvez pareça estranho utilizar o *case* de um comunicador inserido em um contexto não-democrático e utilizá-lo como um exemplo para o comunicador atual e de uma sociedade democrática. Mas ao relembra os capítulos anteriores, que abordaram assuntos como censura, poder da mídia, imposições dos monopólios e conjuntura midiática percebe-se que mesmo a liberdade de expressão estando registrada na atual Constituição Federal de 1988; assim, o comunicador não possui esta liberdade na prática, pelo contrário, ainda é um refém do poder vigente nos conglomerados.

Por estes aspectos é válido buscar nas atitudes de Lutero a mesma democracia midiática que ele buscou perante a Igreja no século 16 e perante o autoritarismo da Igreja. O comunicador hoje no contexto dos tempos da “democracia” também precisa buscar tal redemocratização. Antes de pensar na questão midiática em si é interessante considerar o conceito de comunicação apresentado por Paulo Freire:

Comunicação (é) a co-participação dos sujeitos no ato de pensar... implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE apud LIMA, 1984)

O objetivo das buscas pela redemocratização não é valorizar ainda mais a hegemonia dos conglomerados e também somente dos jornalistas. O objetivo é tornar estes meios vias pelas quais os indivíduos possam compartilhar suas informações, afinal o produto do jornalismo é a notícia que está diretamente conectada com a sociedade. E é este espaço comunicacional na forma de veículos de comunicação e profissionais da comunicação que comprovam a ideia de Ramonet:

Ninguém nega a indispensável função da comunicação de massa numa democracia, pelo contrário. A informação continua sendo essencial ao bom andamento da sociedade, e sabe-se que não há democracia possível sem uma boa rede de comunicação e sem o máximo de informações livres. Todo o mundo já está convencido de que é graças à informação que o ser humano vive como um ser livre. E, não obstante, a suspeita pesa sobre a mídia. (RAMONET, 2001, p. 24)

Assim como explicado por Ramonet é visível a ligação entre informação e comunicação livres. Contudo, é necessário pensar também nas proposições de Souza (2002), que questiona se existe a devida vigilância sobre o quarto poder e se a sociedade precisa ser protegida deste poder. O questionamento entra em pauta, pois conforme Ramonet (2001) é a comunicação de massa que reflete a liberdade de expressão.

[...] De fato, os jornalistas possuem um grande poder. Esse poder pode estar a diminuir, devido à força das novas tecnologias, que estão a retirar ao jornalista o papel de *gatekeeper* privilegiado de gestor do espaço público informativo. Mas não deixa de ser um poder. E é um poder democraticamente não legitimado. (SOUZA, 2002, p.112)

É sabido que tal existe, mas não se pode esquecer das condições nas quais se produz conteúdo informativo. Como mostra o autor, a sociedade necessita ser protegida do abuso de poder; o jornalista, porém, precisa ter a liberdade de expressão, a liberdade de impressão e liberdade de imprensa garantidos. Vale, pois, o esclarecimento que Venício Lima (2007) fez no artigo publicado no Portal Observatório da Imprensa sobre esses termos porque é dentro desta esfera que se encontra a chave da pergunta que motiva esta pesquisa:

A diferença também aparece nos documentos (legais ou não), que sempre são evocados na defesa da liberdade de imprensa. Eles se referem distintamente (a) à liberdade de imprensa; (b) à liberdade de expressão (de idéias e/ou de opiniões); ou (c) às liberdades de expressão (de idéias e/ou de opiniões) e de imprensa. Isso significa que, historicamente, essas liberdades são entendidas como sendo distintas ou não haveria razão para diferenciá-las. Ademais, a liberdade de expressão está sempre referida à pessoa (indivíduo). Já a liberdade de imprensa aparece como "condição" para a liberdade individual (Virgínia) ou como uma liberdade da "sociedade" equacionada com a imprensa e/ou os meios de comunicação. (LIMA, 2007)

A partir da citação de Lima, é perceptível que apesar das diferenças, ambas constituem uma relação de dependência, pois não é possível ter liberdade de expressar ideias e opiniões (liberdade de expressão) em uma sociedade na qual não exista liberdade para que os cidadãos possam externar as suas expressões.

Em uma outra entrevista para o portal Carta Maior, Venício Lima, traz o conceito de liberdade de expressão como uma forma de participação, de cidadania e na forma de representatividade livre na elaboração de regras que estão correlacionadas à sua liberdade, desde o seu surgimento, na Grécia antiga. Já a liberdade de imprensa:

[...] Implica a existência da imprensa, que só aparece no final do século XV. Quando se estuda a história dos meios de comunicação, se pode ver como a ideia original de liberdade de expressão está longe dessa instituição que hoje se constitui de grandes conglomerados multimídia. O que há são as expressões das posições desses grupos empresariais. De forma nenhuma podem ser entendidas como porta-vozes da liberdade de expressão coletiva. (VALENTE, 2012)

Ainda sobre o mesmo tema, Lima (2007) traz a referência sobre a necessidade da liberdade de impressão, que segundo ele “resumem as principais diferenças entre a imprensa dos séculos XVII e XIX e a imprensa do século XXI”:

Liberdade de imprensa fazia razoável bom senso como direito natural. Embora o cidadão comum não nasça com uma impressora (ao contrário, por exemplo, da consciência ou da palavra), ainda assim era relativamente fácil justificar liberdade de imprensa como uma extensão destas outras formas de liberdade de expressão. Da mesma forma, num mundo de indivíduos atomizados, liberdade de imprensa fazia tolerável bom senso como um direito utilitário. Deus não criou necessariamente esta situação, mas as pessoas concordavam que indivíduos livres para imprimir suas ideias estariam mais bem preparados para o autogoverno. Em ambas essas versões da filosofia política liberal, liberdade de imprensa é um direito do indivíduo, como liberdade de expressão (speech) ou consciência; ‘a imprensa’ é nada mais do que a impressora (printing press), o equipamento real da expressão impressa. Isto não é mais o que ‘a imprensa’ significa. (JOHN MILTON E JOHN STUART MILL APUD LIMA, 2007).

Após essa compreensão dos conceitos fundamentais, vale ainda a seguinte pergunta: Como garantir a reivindicação ética da liberdade de expressão e de impressão diante desses monopólios? Como já acenado acima o questionamento tem sua validade hoje, pois mesmo que a constituição garanta tais direitos, a realidade continua a feri-los. É o que constata os pesquisadores da ONG Repórteres sem Fronteiras com dados recentes: “2014 foi um ano de graves retrocessos no que diz respeito à liberdade de expressão e informação [...] o Brasil era o país mais perigoso das Américas para o exercício do jornalismo, retrocedeu uma posição e está em 99º”.

O índice é alarmante; sobretudo após o aprofundamento de nosso estudo sobre a necessidade humana de comunicação, necessidade também de liberdades nos mais diversos campos de sentidos, é possível considerar que *case* do Reformador é muito atual porque inspirador, tanto em sua vida como em sua obra. Neste contexto, Lutero é um modelo atual sob medida para garantir as reivindicações de nossas liberdades éticas no campo da mídia. Afinal, ele sofreu as consequências que o enfrentamento à Igreja previa, exceto a morte, pois foi seqüestrado por alguém que concordava com suas ideias e interpretações. Os gestos de Lutero completam 500 anos em 2017, e, como suas atitudes ainda são atuais é preciso buscar na sua obra a resposta para tais reivindicações de liberdade: Enfrentamento dos poderes e busca incessante pelas liberdades, mas isso não é feito com armas ou com muito dinheiro.

Lutero lutou com as armas da palavra e da ética. Sendo assim, o jornalista hoje precisa enfrentar a mídia hegemônica atual com uma indignação ética constante. Precisa pensar como comunicador social e tendo em vista que é um meio para a garantia da democracia e não pode deixar-se levar pela força do poder. Além disso, precisa pensar no povo e, conforme Castagnaro (APUD SCANNONE 2013), quando afirma a importância da cultura e de outros aspectos sociais, há intérpretes autênticos que possuem o foco na espiritualidade tradicional e sensibilidade pela justiça. Sendo a última a principal virtude da ética, a principal atitude de Lutero é uma necessidade vital para o jornalista ética, que pretende buscar nestes pilares subsídios para garantir seus direitos. Principalmente aqueles que estão registrados na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão desde (1789) quando “fala do direito à “livre comunicação das idéias e das opiniões” e que “todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente” (grifo acrescido). (LIMA, 2007).

5 CONCLUSÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso mostrou que é possível e útil ao jornalista para a vivência da sua ética na vida e profissão refletir na vida, obra e história de Martinho Lutero. Suas contribuições, além de serem narradas em livros de teologia, estão registradas em livros de comunicação e servido para o estudo de muitos autores nesses 500 anos. Estes reconhecem a importância dos seus gestos para disseminar a prensa e aumentar o número de alfabetizados. E se percebe muito mais sobre sua atualidade, ao trabalhar com informações de quase quarenta autores de vertentes laicas, católicas, luteranas e de ciências da comunicação como pôde ser comprovado.

Há um ano foi levantada a pergunta: Como garantir a reivindicação ética à luz de Lutero para a garantia da liberdade de expressão e de impressão diante desses monopólios e seus conglomerados? Foram escolhidos alguns autores para pesquisar a resposta. Ao mesmo tempo, foi necessário preceder com um estudo para contextualizar a época na qual estava inserido o personagem histórico Martinho Lutero. Com foco na compreensão dos monopólios de comunicação da sua época e comparando-os ao fenômeno de conglomerados da atualidade que colocam em risco a democracia.

Outro aspecto essencial foi perceber a comunicação como uma necessidade vital do ser humano para avaliar até onde as limitações geradas pela censura atingem o jornalista enquanto pessoa, cidadão e profissional de comunicação. Tais aspectos foram imprescindíveis para compreender as atitudes de Lutero, há quase 500 anos.

A resposta exigiu também o estudo sobre o gesto autoral e ético, em vista de liberdade de impressão e expressão, que pôs a sua vida em perigo e na desproteção; ao mesmo tempo em que abriu o caminho para uma busca por liberdade que não terminou na Reforma. Pelo contrário, esta atitude ainda precisa ser preservada e tida como uma fonte de inspiração.

Lutero sofreu ameaças, censura, abandono, tudo para que revogasse as suas convicções perante a Igreja, mas não o fez. Seu *case* é realmente um exemplo, porque soube exatamente o que é censura, em uma época na qual o castigo era a morte. Na pós-modernidade, infelizmente, muitos comunicadores ainda são mortos por não revogarem as suas convicções. Porque mesmo em um país “democrático” a censura ainda está presente.

Para lutar contra isso e garantir a liberdade de expressão e de impressão diante de novos monopólios e seus conglomerados, é possível inspirar-se em Lutero e cultivar a virtude da indignação ética constante em vista da justiça. Basear as produções e modo de agir na justiça significa fazer as incômodas perguntas da ciência da ética “*para quem*” e “*para quê*”

eu comunico?. Na verdade, uma escolha que devido à postura de indignação provoca reação dos poderes e gera situações de possível desproteção e abandono.

Mas é preciso perceber que o Reformador, tinha uma necessidade vital por comunicar que foi maior que o seu medo e abandono. Assim, é importante ressaltar que a arma do comunicador é a palavra e será somente a indignação ligada a ela que garantirá a existência da liberdade. Porque a constituição já garante tais liberdades, mas será a indignação ética dos comunicadores e futuros comunicadores que podem manter a luta pela redemocratização midiática como buscou Martinho Lutero, há quase 500 anos.

6 REFERÊNCIAS

AGAMBEN Giorgio. **O que é um dispositivo?** Tradução Nilcéia Valdati, 2005. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/.../11743>>. Acesso em:30/03/2015

ALVES, Antonio Aparecido. **Fé e Política em nova chave:** As Escolas de Formação Fé e Política. Pós-graduação em Teologia da PUC-RJ. Disponível em: < http://www.cefep.org.br/documentos/textoseartigos/politicaevangelhodosi/fe_politica_nova_chave/view>. Acesso em: 11/06/2015.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada:** Da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildegard Feist. 6ª Reimpressão. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA.,1991.

BARBERO, Jesús Martin. **Dos Meios às Mediações:** Comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 356 p.

BARTHES, Roland. **A morte do autor.** Disponível em : <http://www.ufba2011.com/A_morte_do_autor_barthes.pdf>. Acesso em: 8/6/2015

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna.** Trad. João Rezende Costa. 3ª ed. São Paulo: PAULUS, 2006.

BENGT, Hagglund. **História da Teologia.** 7ª ed. Porto Alegre: Editora Concórdia, 2008.

BÍBLIA. **A bíblia da mulher:** leitura, devocional, estudo. 2 ed. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia.** Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 366 p.

CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos: Uma história da igreja cristã**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2008. 672 p.

CASTAGNARO, Mauro. **A teologia de Francisco**. Entrevista com Juan Carlos Scannone. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520470-a-teologia-de-francisco-entrevista-com-juan-carlos-scannone>>. Acesso em: 7/06/2015

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 155 p.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA 1988. Disponível em :< www.jusbrasil.com.br/topicos> Acesso em: 05/05/2015

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio**. O Dicionário da Língua Portuguesa. 7ª ed. Curitiba (PR): Editora Positivo, 2008.

GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As confissões Luteranas**. Trad. Ênio Mueller. São Leopoldo (RS): Editora Sinodal, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GONÇALVES, Jaci Rocha. **Experiência do Sagrado e Religião**. Palhoça (SC): Unisul Virtual, 2009. 301 p.

GONÇALVES, Jaci Rocha. **Deus e a Religião - do Renascimento ao Contemporâneo**. Palhoça (SC): Unisul Virtual, 2014.

GONÇALVES, Jaci Rocha. **Coletânea de ética em comunicação**. Palhoça (SC): Unisul, 2015. 68 p.

HELMER, Christine. **Lutero**: Um teólogo para tempos modernos. São Leopoldo (RS): Editora Sinodal, 2013. 331 p.

IECLB- LITERATURA EVANGELÍSTICA. **A vida de Martin Lutero**. Blumenau (SC): IECLB, 1997.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo (SP): Summus Editorial, 1997.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A Ética Jornalística e o interesse público**. São Paulo (SP): Summus Editorial, 2004.

KEIM, Ernesto Jacob. **Educação da Insurreição**: Emancipação Humana, Ontologia e Pedagogia em Georg Lukàcs e Paulo Freire. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2011.

LIMA, Venício. **Mídia**: teoria e política. São Paulo (SP): Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e Cultura: As ideias de Paulo Freire**. 2ª ed. São Paulo (SP): Editora Paz e Terra, 1984.

LUTHER, Martin. Portal Luteranos. **95 teses**: Debate para o esclarecimento do valor das indulgências. Disponível em: < http://www.luteranos.com.br/lutero/95_teses.html >. Acesso em: 12/04/2015.

LUTHER, Martin. **AMORE ET STUDIO ELVCIDANDAE**. Disponível em: < <http://sul.colmaster.com.br/projetohumanas/wpcontent/uploads/2015/05/95Thesen.jpg> >. Acesso em: 22/06/2014.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **A melhor profissão do mundo**. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/primeirasedicoes/_ed8_a_melhor_profissao_do_mundo/. Acesso em 05/05/2015.

MCCHESNEY, Robert. As nove irmãs da comunicação. O oligopólio da mídia e seus dirigentes. As poucas mãos que estão assumindo o controle da mídia global. Extrato do livro de Robert McChesney. **Reportagem**. N° 6, Janeiro 2000, pp. 36-44, Editora Manifesto, Cajamar (SP).

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como extensão do homem (Understanding Media)**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo (SP): Editora Cultrix, 1964. 407 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5ª Ed. São Paulo (SP): Editora UNICAMP, 2002.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth- 2ª Ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2001.

RECTOR, Mônica; NEIVA, Eduardo. **Comunicação na Era Pós-Moderna**. 2ª Ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1998.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. RFI. **“Em Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, há pouco que se comemorar”**. Disponível em:<
<http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20150503>. Acesso em 10/6/2015.

SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de Sociologia Geral**. São Paulo (SP): Editora Atlas, 2013.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó (SC): Editora ARGOS, 2002.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis (SC): Insular, 2005. v.1.

VALENTE, Jonas. **Venício Lima**: “Regulamentação da Mídia nada tem a ver com censura”. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/>. Acesso em: 05/05/2015.

VIDAL, MARCIANO. **Dicionário de moral** – Dicionário de ética teológica. Aparecida (SP): Ed. Santuário, s.d. / Editorial Perpétuo Socorro – Porto. Verbetes: Ethos, Ética.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11ª ed. São Paulo (SP): Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1996.

7 ANEXOS

7.1 ANEXO 1

95 TESES: DEBATE PARA O ESCLARECIMENTO DO VALOR DAS INDULGÊNCIAS
PELO DR. MARTIN LUTHER, 1517.

Por amor à verdade e no empenho de elucidá-la, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, mestre de Artes e de Santa Teologia e professor catedrático desta última, naquela localidade. Por esta razão, ele solicita que os que não puderem estar presentes e debater conosco oralmente o façam por escrito, mesmo que ausentes. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1 Ao dizer: "Fazei penitência", etc. [Mt 4,17], o nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.

2 Esta penitência não pode ser entendida como penitência sacramental (isto é, da confissão e satisfação celebrada pelo ministério dos sacerdotes).

3 No entanto, ela não se refere apenas a uma penitência interior; sim, a penitência interior seria nula, se, externamente, não produzisse toda sorte de mortificação da carne.

4 Por consequência, a pena perdura enquanto persiste o ódio de si mesmo (isto é a verdadeira penitência interior), ou seja, até a entrada do reino dos céus.

5 O papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas senão daquelas que impôs por decisão própria ou dos cânones.

6 O papa não pode remitir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remetindo-a nos casos reservados para si; se estes forem desprezados, a culpa permanecerá por inteiro.

7 Deus não perdoa a culpa de qualquer pessoa sem, ao mesmo tempo, sujeitá-la, em tudo humilhada, ao sacerdote, seu vigário.

8 Os cânones penitenciais são impostos apenas aos vivos; segundo os mesmos cânones, nada deve ser imposto aos moribundos.

9 Por isso, o Espírito Santo nos beneficia através do papa quando este, em seus decretos, sempre exclui a circunstância da morte e da necessidade.

10 Agem mal e sem conhecimento de causa aqueles sacerdotes que reservam aos moribundos penitências canônicas para o purgatório.

11 Essa erva daninha de transformar a pena canônica em pena do purgatório parece ter sido semeada enquanto os bispos certamente dormiam.

12 Antigamente se impunham as penas canônicas não depois, mas antes da absolvição, como verificação da verdadeira contrição.

13 Através da morte, os moribundos pagam tudo e já estão mortos para as leis canônicas, tendo, por direito, isenção das mesmas.

14 Saúde ou amor imperfeito no moribundo necessariamente traz consigo grande temor, e tanto mais, quanto menor for o amor.

15 Este temor e horror por si sós já bastam (para não falar de outras coisas) para produzir a pena do purgatório, uma vez que estão próximos do horror do desespero.

16 Inferno, purgatório e céu parecem diferir da mesma forma que o desespero, o semidesespero e a segurança.

17 Parece desnecessário, para as almas no purgatório, que o horror diminua na medida em que cresce o amor.

18 Parece não ter sido provado, nem por meio de argumentos racionais nem da Escritura, que elas se encontram fora do estado de mérito ou de crescimento no amor.

19 Também parece não ter sido provado que as almas no purgatório estejam certas de sua bem-aventurança, ao menos não todas, mesmo que nós, de nossa parte, tenhamos plena certeza.

20 Portanto, sob remissão plena de todas as penas, o papa não entende simplesmente todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.

21 Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.

22 Com efeito, ele não dispensa as almas no purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.

23 Se é que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele, certamente, só é dado aos mais perfeitos, isto é, pouquíssimos.

24 Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.

25 O mesmo poder que o papa tem sobre o purgatório de modo geral, qualquer bispo e cura tem em sua diocese e paróquia em particular.

26 O papa faz muito bem ao dar remissão às almas não pelo poder das chaves (que ele não tem), mas por meio de intercessão.

27 Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando [do purgatório para o céu].

28 Certo é que, ao tilintar a moeda na caixa, podem aumentar o lucro e a cobiça; a intercessão da Igreja, porém, depende apenas da vontade de Deus.

29 E quem é que sabe se todas as almas no purgatório querem ser resgatadas? Dizem que este não foi o caso com S. Severino e S. Pascoal.

30 Ninguém tem certeza da veracidade de sua contrição, muito menos de haver conseguido plena remissão.

31 Tão raro como quem é penitente de verdade é quem adquire autenticamente as indulgências, ou seja, é raríssimo.

32 Serão condenados em eternidade, juntamente com seus mestres, aqueles que se julgam seguros de sua salvação através de carta de indulgência.

33 Deve-se ter muita cautela com aqueles que dizem serem as indulgências do papa aquela inestimável dádiva de Deus através da qual a pessoa é reconciliada com Deus.

34 Pois aquelas graças das indulgências se referem somente às penas de satisfação sacramental, determinadas por seres humanos.

35 Não pregam cristãmente os que ensinam não ser necessária a contrição àqueles que querem resgatar ou adquirir breves confessionais.

36 Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão pela de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência.

37 Qualquer cristão verdadeiro, seja vivo, seja morto, tem participação em todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem carta de indulgência.

38 Mesmo assim, a remissão e participação do papa de forma alguma devem ser desprezadas, porque (como disse) constituem declaração do perdão divino.

39 Até mesmo para os mais doutos teólogos é difícilimo exaltar perante o povo ao mesmo tempo, a liberdade das indulgências e a verdadeira contrição.

40 A verdadeira contrição procura e ama as penas, ao passo que a abundância das indulgências as afrouxa e faz odiá-las, pelo menos dando ocasião para tanto.

41 Deve-se pregar com muita cautela sobre as indulgências apostólicas, para que o povo não as julgue erroneamente como preferíveis às demais boas obras do amor.

42 Deve-se ensinar aos cristãos que não é pensamento do papa que a compra de indulgências possa, de alguma forma, ser comparada com as obras de misericórdia.

43 Deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprassem indulgências.

44 Ocorre que através da obra de amor cresce o amor e a pessoa se torna melhor, ao passo que com as indulgências ela não se torna melhor, mas apenas mais livre da pena.

45 Deve-se ensinar aos cristãos que quem vê um carente e o negligencia para gastar com indulgências obtém para si não as indulgências do papa, mas a ira de Deus.

46 Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem bens em abundância, devem conservar o que é necessário para sua casa e de forma alguma desperdiçar dinheiro com indulgência.

47 Deve-se ensinar aos cristãos que a compra de indulgências é livre e não constitui obrigação.

48 Deve-se ensinar aos cristãos que, ao conceder indulgências, o papa, assim como mais necessita, da mesma forma mais deseja uma oração devota a seu favor do que o dinheiro que se está pronto a pagar.

49 Deve-se ensinar aos cristãos que as indulgências do papa são úteis se não depositam sua confiança nelas, porém, extremamente prejudiciais se perdem o temor de Deus por causa delas.

50 Deve-se ensinar aos cristãos que, se o papa soubesse das exações dos pregadores de indulgências, preferiria reduzir a cinzas a Basílica de S. Pedro a edificá-la com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.

51 Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto - como é seu dever - a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem arditosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de S. Pedro.

52 Vã é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário ou até mesmo o próprio papa desse sua alma como garantia pelas mesmas.

53 São inimigos de Cristo e do papa aqueles que, por causa da pregação de indulgências, fazem calar por inteiro a palavra de Deus nas demais igrejas.

54 Ofende-se a palavra de Deus quando, em um mesmo sermão, se dedica tanto ou mais tempo às indulgências do que a ela.

55 A atitude do papa é necessariamente esta: se as indulgências (que são o menos importante) são celebradas com um toque de sino, uma procissão e uma cerimônia, o Evangelho (que é o mais importante) deve ser anunciado com uma centena de sinos, procissões e cerimônias.

56 Os tesouros da Igreja, dos quais o papa concede as indulgências, não são suficientemente mencionados nem conhecidos entre o povo de Cristo.

57 É evidente que eles, certamente, não são de natureza temporal, visto que muitos pregadores não os distribuem tão facilmente, mas apenas os ajuntam.

58 Eles tampouco são os méritos de Cristo e dos santos, pois estes sempre operam, sem o papa, a graça do ser humano interior e a cruz, a morte e o inferno do ser humano exterior.

59 S. Lourenço disse que os pobres da Igreja são os tesouros da mesma, empregando, no entanto, a palavra como era usada em sua época.

60 É sem temeridade que dizemos que as chaves da Igreja, que lhe foram proporcionadas pelo mérito de Cristo, constituem este tesouro.

61 Pois está claro que, para a remissão das penas e dos casos, o poder do papa por si só é suficiente.

62 O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus.

63 Este tesouro, entretanto, é o mais odiado, e com razão, porque faz com que os primeiros sejam os últimos.

64 Em contrapartida, o tesouro das indulgências é o mais benquisto, e com razão, pois faz dos últimos os primeiros.

65 Por esta razão, os tesouros do Evangelho são as redes com que outrora se pescavam homens possuidores de riquezas.

66 Os tesouros das indulgências, por sua vez, são as redes com que hoje se pesca a riqueza dos homens.

67 As indulgências apregoadas pelos seus vendedores como as maiores graças realmente podem ser entendidas como tal, na medida em que dão boa renda.

68 Entretanto, na verdade, elas são as graças mais ínfimas em comparação com a graça de Deus e a piedade na cruz.

69 Os bispos e curas têm a obrigação de admitir com toda a reverência os comissários de indulgências apostólicas.

70 Têm, porém, a obrigação ainda maior de observar com os dois olhos e atentar com ambos os ouvidos para que esses comissários não puguem os seus próprios sonhos em lugar do que lhes foi incumbido pelo papa.

71 Seja excomungado e maldito quem falar contra a verdade das indulgências apostólicas.

72 Seja bendito, porém, quem ficar alerta contra a devassidão e licenciosidade das palavras de um pregador de indulgências.

73 Assim como o papa, com razão, fulmina aqueles que, de qualquer forma, procuram defraudar o comércio de indulgências,

74 muito mais deseja fulminar aqueles que, a pretexto das indulgências, procuram defraudar a santa caridade e verdade.

75 A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes ao ponto de poderem absolver um homem mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.

76 Afirmamos, pelo contrário, que as indulgências papais não podem anular sequer o menor dos pecados veniais no que se refere à sua culpa.

77 A afirmação de que nem mesmo S. Pedro, caso fosse o papa atualmente, poderia conceder maiores graças é blasfêmia contra São Pedro e o papa.

78 Afirmamos, ao contrário, que também este, assim como qualquer papa, tem graças maiores, quais sejam, o Evangelho, os poderes, os dons de curar, etc., como está escrito em 1 Co 12.

79 É blasfêmia dizer que a cruz com as armas do papa, insinuosamente erguida, equivale à cruz de Cristo.

80 Terão que prestar contas os bispos, curas e teólogos que permitem que semelhantes conversas sejam difundidas entre o povo.

81 Essa licenciosa pregação de indulgências faz com que não seja fácil, nem para os homens doutos, defender a dignidade do papa contra calúnias ou perguntas, sem dúvida argutas, dos leigos.

82 Por exemplo: por que o papa não evacua o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas - o que seria a mais justa de todas as causas -, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basílica - que é uma causa tão insignificante?

83 Do mesmo modo: por que se mantêm as exéquias e os aniversários dos falecidos e por que ele não restitui ou permite que se recebam de volta as doações efetuadas em favor deles, visto que já não é justo orar pelos redimidos?

84 Do mesmo modo: que nova piedade de Deus e do papa é essa: por causa do dinheiro, permitem ao ímpio e inimigo redimir uma alma piedosa e amiga de Deus, porém, não a redimem por causa da necessidade da mesma alma piedosa e diletta, por amor gratuito?

85 Do mesmo modo: por que os cânones penitenciais - de fato e por desuso já há muito revogados e mortos - ainda assim são redimidos com dinheiro, pela concessão de indulgências, como se ainda estivessem em pleno vigor?

86 Do mesmo modo: por que o papa, cuja fortuna hoje é maior do que a dos mais ricos Crassos, não constrói com seu próprio dinheiro ao menos esta uma basílica de São Pedro, ao invés de fazê-lo com o dinheiro dos pobres fiéis?

87 Do mesmo modo: o que é que o papa perdoa e concede àqueles que, pela contrição perfeita, têm direito à remissão e participação plenária?

88 Do mesmo modo: que benefício maior se poderia proporcionar à Igreja do que se o papa, assim como agora o faz uma vez, da mesma forma concedesse essas remissões e participações 100 vezes ao dia a qualquer dos fiéis?

89 Já que, com as indulgências, o papa procura mais a salvação das almas do que o dinheiro, por que suspende as cartas e indulgências outrora já concedidas, se são igualmente eficazes?

90 Reprimir esses argumentos muito perspicazes dos leigos somente pela força, sem refutá-los apresentando razões, significa expor a Igreja e o papa à zombaria dos inimigos e desgraçar os cristãos.

91 Se, portanto, as indulgências fossem pregadas em conformidade com o espírito e a opinião do papa, todas essas objeções poderiam ser facilmente respondidas e nem mesmo teriam surgido.

92 Fora, pois, com todos esses profetas que dizem ao povo de Cristo: "Paz, paz!" sem que haja paz!

93 Que prosperem todos os profetas que dizem ao povo de Cristo: "Cruz! Cruz!" sem que haja cruz!

94 Devem-se exortar os cristãos a que se esforcem por seguir a Cristo, seu cabeça, através das penas, da morte e do inferno;

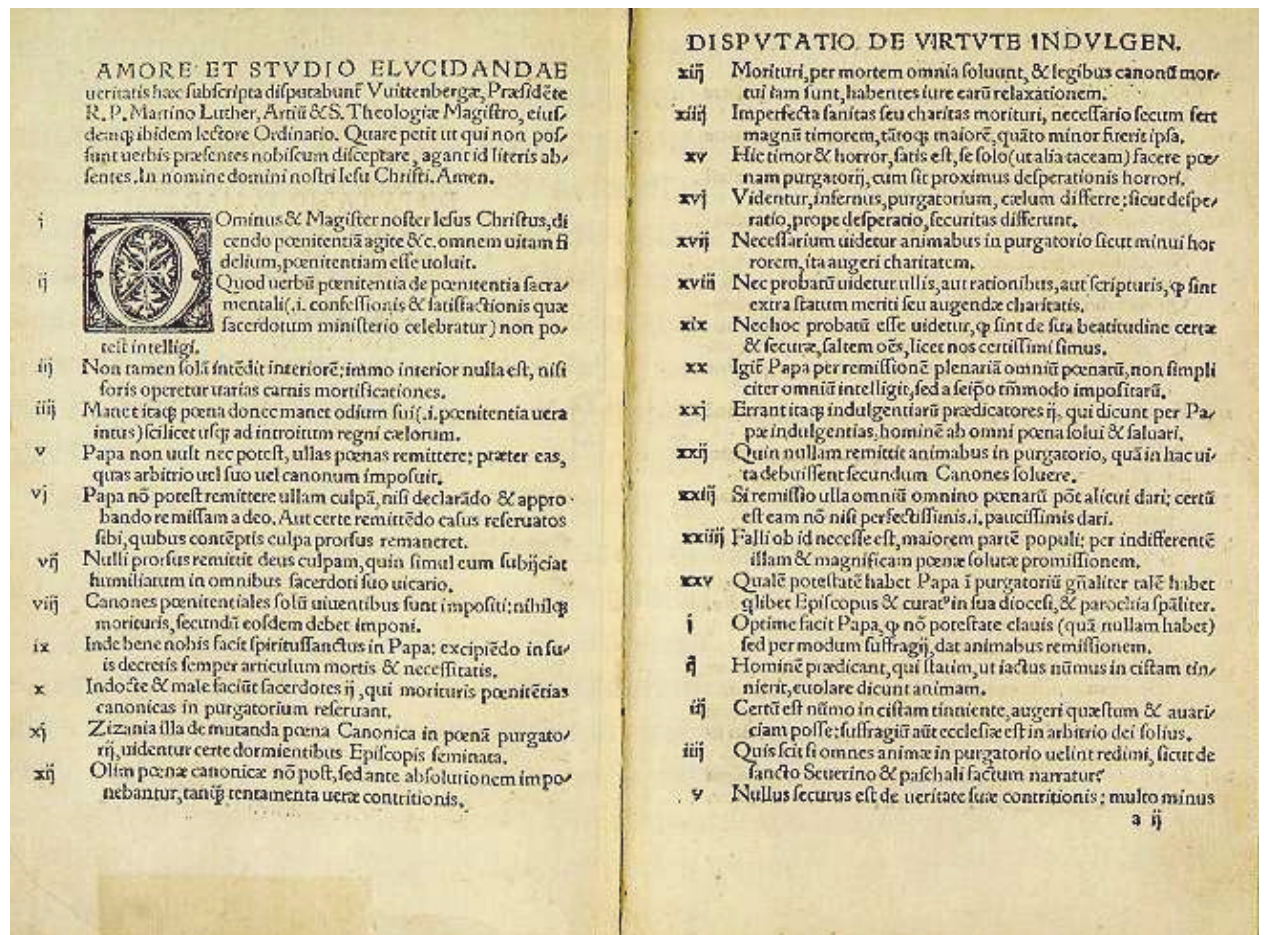
95 e, assim, a que confiem que entrarão no céu antes através de muitas tribulações do que pela segurança da paz.

1517 A.D.

Disponível em: < http://www.luteranos.com.br/lutero/95_teses.html>. Acesso em: 12/04/15.

7.2 ANEXO 2

AMORE ET STUDIO ELVCIDANDAE: UMA POSSÍVEL CÓPIA DO ORIGINAL DAS 95 TESES DE LUTERO.



Disponível em:<

<http://sul.colmaster.com.br/projetohumanas/wpcontent/uploads/2015/05/95Thesen.jpg> >.

Acesso em: 22/06/2014.